

Conforme ABNT NBR 8800:2008 – Anexo “C” – Tabela C1, tem-se:

$$\delta_{16.2} = \frac{H}{400} = \frac{1620}{400} \rightarrow \delta_{16.2} = 4,05cm$$

Então,

$$D_{hor,16.2} < \delta_{16.2}$$

Portanto, considerando a combinação de ações mais crítica, em ambas as situações, verificou-se que o deslocamento máximo do topo da torre metálica atende a prescrição normativa limite preconizada pela ABNT NBR 8800:2008.

## **5.2. Superestrutura – Análise das ligações da Torre metálica reticulada prismática**

Nas uniões entre montantes/diagonais, montantes/banzos e diagonais/banzos, foram adotadas as ligações soldadas (soldas de filete), dimensionadas conforme as recomendações da ABNT NBR 8800:2008 – Item 6.2 e Anexo “A”. Todavia, nas emendas entre peças dos banzos e na união da base da estrutura, junto à fundação (bloco de coroamento sobre estacas), foi adotada as ligações parafusadas, conforme ABNT NBR 8800:2008 – Item 6.3 e Anexo “A”.

## **5.3. Requisitos básicos para fabricação, montagem e controle de qualidade**

A fabricação, a montagem e o controle de qualidade da estrutura metálica em tela, deverá seguir as recomendações da ABNT NBR 8800:2008 – Item 12.

## **5.4. Estrutura de Fundação**

Com o objetivo de fixar a torre metálica no bloco de coroamento sobre estacas (já existente), será necessário aumentar a altura do mesmo, de forma posicionar os chumbadores de ligação da referida estrutura, bem como propiciar a execução da armadura do próprio bloco. Tais detalhes, estão dispostos nos desenhos em anexo (ambiente cad).

000533

## 6. CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

A partir da análise estrutural realizada e com os resultados apresentados neste documento, têm-se as seguintes conclusões/recomendações:

1. Será necessário o reforço estrutural das barras (diagonais) da superestrutura da torre metálica original, para atender as recomendações do Estado Limite Último (ELU) da ABNT NBR 8800:2008;

2. Devida a elevada flexibilidade da superestrutura da torre metálica original (em torno de 600% acima do permitido) e, portanto, com o objetivo de atender as recomendações do Estado Limite de Serviço (quanto ao deslocamento excessivo), propõe-se o acréscimo da rigidez global com a execução de outra estrutura reticulada (externa a estrutura original), com seção transversal quadrada, variando de 1,70 metro até 0,70 metro, a partir da base até a altura de 16,2 metros;

3. Será necessário a execução de outro sistema de ligação entre a superestrutura (base da torre metálica) e a fundação, através de chumbadores mecânico (ancoragem por atrito e mecânico) com ganchos;

4. Para atender a condição anterior (item 3), a altura do bloco de coroamento sobre estacas deverá ser acrescida, as armaduras adicionais deverão ser adequadas e, principalmente, adotar procedimentos cuidadosos com a execução do concreto de segundo estágio;

5. Para a "estrutura original", será necessário realizar a análise pormenorizada de todas as ligações, entre diagonais/banzos e montantes/banzos, executadas com "solda de filete";

6. Para a "estrutura proposta", as ligações entre diagonais/montantes, diagonais/banzos e montantes/banzos serão executadas com "solda de filete", enquanto as ligações entre barras dos banzos, serão executadas com parafusos de alta resistência;

7. Recomenda-se que, sempre que possível, todas as ligações soldadas sejam realizadas na fábrica, permitindo-se assim, a execução das ligações parafusadas no canteiro de obra;

8. Recomenda-se que, para promover um bom desempenho estrutural e prolongar a vida útil da construção, alguns cuidados básicos deverão ser adotados

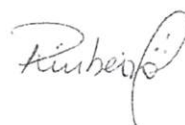
000534

durante os processos de fabricação, de pintura e de execução. Para tanto, deve-se respeitar as recomendações da ABNT NBR 8800-2008 – Item 12;

Obs.: no Relatório Final (emitido pelo software utilizado), em anexo, não consta a massa de chapas de aço referentes as ligações (acrécimo em torno de 7 a 10%). Todas as informações acima mencionadas, estão detalhadas em ambiente cad (desenhos executivos).

**É O PARECER!!!**

Sinop/MT, 29 de março de 2019



Roberto V. Pinheiro  
PERITO - Engenharia Civil

000523

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT**

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
NOVA MUTUM****TABELA REFERÊNCIA** SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO**TIPO DO PROJETO:** CONSTRUÇÃO**LOCAL DA OBRA:** NOVA MUTUM - MT**PLANILHA RESUMO**

Item	Descrição / Serviço	TOTAL	%
01.00	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	R\$ 11.092,60	3,88%
02.00	TORRE 1	R\$ 68.698,69	24,03%
03.00	TORRE 2	R\$ 68.698,69	24,03%
04.00	TORRE 3	R\$ 68.698,69	24,03%
05.00	TORRE 4	R\$ 68.698,69	24,03%
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 285.887,36</b>	

  
Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

000536



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

43000

**TABELA REFERÊNCIA**  
**TIPO DO PROJETO:** SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO  
**LOCAL DA OBRA:** REFORÇO ESTRUTURAL  
NOVA MUTUM - MT

**BDI "Construção de Edifícios"**  
**BDI** 22,22%  
**TOTAL ORÇAMENTO** R\$ 285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
01.00	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS</b>					
01.01	74209/1 SINAPI PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	3,13	R\$ 504,61	R\$ 616,76	R\$ 1.927,37
01.02	12199 SBC INSTALACAO PROVISORIA DE AGUA	UND	1,00	R\$ 1.272,79	R\$ 1.555,67	R\$ 1.555,67
01.03	12200 SBC INSTALACAO SANITARIA PROVISORIA	UND	1,00	R\$ 539,98	R\$ 659,99	R\$ 659,99
01.04	12205 SBC INSTALACAO PROVISORIA DE LUZ E FORCA COM MEDIDOR E POSTE	UND	1,00	R\$ 756,29	R\$ 924,37	R\$ 924,37
01.05	93208 SINAPI EXECUÇÃO DE ALMOXARIFADO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, INCLUSO PRATELEIRAS. AF_02/2016	M2	10,00	R\$ 492,96	R\$ 602,52	R\$ 6.025,20
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 11.092,60</b>
02.00	<b>TORRE 1</b>					
02.01	22108 SBC RETIRADA ESTRUTURA METALICA SEM REMOCAO	M2	56,00	R\$ 32,30	R\$ 39,48	R\$ 2.210,80
02.02	93358 SINAPI ESCAVACAO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,50 M.	M3	2,31	R\$ 65,07	R\$ 79,53	R\$ 183,94
02.03	93382 SINAPI REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	1,82	R\$ 21,63	R\$ 26,44	R\$ 48,19
02.04	7946 ORSE PREPARO DE SUBSTRATO POR ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA (CORTE DE CONCRETO) PARA ESPESSURAS ACIMA DE 3,0CM E ATÉ 6,0CM	M2	8,72	R\$ 159,76	R\$ 195,27	R\$ 1.702,72
02.05	9182 ORSE DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M3	0,42	R\$ 320,28	R\$ 391,46	R\$ 164,41
02.06	23716 SBC REMOCAO DE ENTULHO DE OBRA EM CAMINHAO	M3	0,42	R\$ 139,21	R\$ 170,15	R\$ 71,46
02.07	40413 SBC FORMA E ESCORAMENTO PARA REFORCO ESTRUTURAL	M2	4,40	R\$ 70,53	R\$ 86,21	R\$ 379,30
02.08	19003 PRÓPRIO ADESIVO RESINA EPOXI SIKADUR 31	M2	8,72	R\$ 220,75	R\$ 269,81	R\$ 2.352,76
02.09	40412 PRÓPRIO GROUT PARA REFORCO ESTRUTURAL SIKADUR 42	M2	0,72	R\$ 2.299,24	R\$ 2.810,24	R\$ 2.023,37
02.10	40501 SBC CONCRETO USINADO 50,0 MPa BOMBEAVEL PARA GROUT	M3	0,42	R\$ 530,99	R\$ 649,00	R\$ 272,58
02.11	96531 SINAPI FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	4,80	R\$ 68,98	R\$ 84,31	R\$ 404,69
02.12	96555 SINAPI CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	2,40	R\$ 481,91	R\$ 589,01	R\$ 1.413,63
02.13	92916 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	7,65	R\$ 9,96	R\$ 12,17	R\$ 93,13
02.14	92921 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	108,64	R\$ 6,97	R\$ 8,52	R\$ 925,51

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

83000

**TABELA REFERÊNCIA** SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO  
**TIPO DO PROJETO:** REFORÇO ESTRUTURAL  
**LOCAL DA OBRA:** NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"		
BDI	22,22%	
TOTAL ORÇAMENTO	R\$	285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
<b>02.15</b>	<b>ESTRUTURA METÁLICA</b>					
02.15.01 19006	ORSE CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	KG	179,50	R\$ 12,70	R\$ 15,52	R\$ 2.786,30
02.15.02 19001	PRÓPRIO Chumbador 3/4" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 23,66	R\$ 28,92	R\$ 462,69
02.15.03 19002	PRÓPRIO Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 19,66	R\$ 24,03	R\$ 384,47
02.15.04 40491	SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	1203,49	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 13.532,87
02.15.05 40491	SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	601,70	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 6.765,93
02.15.06 19005	PRÓPRIO CANTONEIRA PERFIL LAMINADO ASTM A-36	KG	1203,49	R\$ 9,38	R\$ 11,46	R\$ 13.797,64
02.15.07 98746	SINAPI SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=1/4". AF_06/2018	M	130,00	R\$ 39,76	R\$ 48,60	R\$ 6.317,56
02.15.08 60021	SBC PARAFUSO ACO SEXIAVADO ASIM A-325 1/2"	UND	224,00	R\$ 6,46	R\$ 7,90	R\$ 1.768,64
02.15.09 8344	ORSE DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA COM RETIRADA DE SOLDA E CORTE DE PEÇAS POR MEIO DE LIXADEIRA	M2	117,75	R\$ 6,32	R\$ 7,72	R\$ 909,57
<b>02.16</b>	<b>PINTURA</b>					
02.16.01 73656	SINAPI JATEAMENTO COM AREIA EM ESTRUTURA METALICA	M2	117,75	R\$ 15,05	R\$ 18,39	R\$ 2.165,99
02.16.02 73865/1	SINAPI FUNDO PREPARADOR PRIMER A BASE DE EPOXI, PARA ESTRUTURA METALICA, UMA DEMAIO, ESPESSURA DE 25 MICRA.	M2	117,75	R\$ 8,57	R\$ 10,47	R\$ 1.233,39
02.16.03 84662	SINAPI PINTURA COM TINTA PROTETORA ACABAMENTO ALUMINIO, DUAS DEMAOS SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	117,75	R\$ 24,40	R\$ 29,82	R\$ 3.511,64
02.16.04 93287	SINAPI GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	8,00	R\$ 287,94	R\$ 351,93	R\$ 2.815,47
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 68.698,69</b>
<b>03.00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>TORRE 2</b>			
03.01 22108	SBC RETIRADA ESTRUTURA METALICA SEM REMOCAO	M2	56,00	R\$ 32,30	R\$ 39,48	R\$ 2.210,80
03.02 93358	SINAPI ESCAVACAO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,50 M.	M3	2,31	R\$ 65,07	R\$ 79,53	R\$ 183,94
03.03 93382	SINAPI REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	1,82	R\$ 21,63	R\$ 26,44	R\$ 48,19
03.04 7946	ORSE PREPARO DE SUBSTRATO POR ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA (CORTE DE CONCRETO) PARA ESPESSURAS ACIMA DE 3,0CM E ATÉ 6,0CM	M2	8,72	R\$ 159,76	R\$ 195,27	R\$ 1.702,72

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

635000

<b>TABELA REFERÊNCIA</b>	SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO
<b>TIPO DO PROJETO:</b>	REFORÇO ESTRUTURAL
<b>LOCAL DA OBRA:</b>	NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"		
<b>BDI</b>	22,22%	
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>	R\$	285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
03.05	9182 ORSE DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M3	0,42	R\$ 320,28	R\$ 391,46	R\$ 164,41
03.06	23716 SBC REMOCAO DE ENTULHO DE OBRA EM CAMINHÃO	M3	0,42	R\$ 139,21	R\$ 170,15	R\$ 71,46
03.07	40413 SBC FORMA E ESCORAMENTO PARA REFORCO ESTRUTURAL	M2	4,40	R\$ 70,53	R\$ 86,21	R\$ 379,30
03.08	19003 PRÓPRIO ADESIVO RESINA EPOXI SIKADUR 31	M2	8,72	R\$ 220,75	R\$ 269,81	R\$ 2.352,76
03.09	40412 PRÓPRIO GROUT PARA REFORCO ESTRUTURAL SIKADUR 42	M2	0,72	R\$ 2.299,24	R\$ 2.810,24	R\$ 2.023,37
03.10	40501 SBC CONCRETO USINADO 50,0 MPa BOMBEAVEL PARA GROUT	M3	0,42	R\$ 530,99	R\$ 649,00	R\$ 272,58
03.11	96531 SINAPI FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	4,80	R\$ 68,98	R\$ 84,31	R\$ 404,69
03.12	96555 SINAPI CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	2,40	R\$ 481,91	R\$ 589,01	R\$ 1.413,63
03.13	92916 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	7,65	R\$ 9,96	R\$ 12,17	R\$ 93,13
03.14	92921 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	108,64	R\$ 6,97	R\$ 8,52	R\$ 925,51
<b>03.15 ESTRUTURA METÁLICA</b>						
03.15.01	19006 ORSE CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	KG	179,50	R\$ 12,70	R\$ 15,52	R\$ 2.786,30
03.15.02	19001 PRÓPRIO Chumbador 3/4" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 23,66	R\$ 28,92	R\$ 462,69
03.15.03	19002 PRÓPRIO Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 19,66	R\$ 24,03	R\$ 384,47
03.15.04	40491 SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	1203,49	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 13.532,87
03.15.05	40491 SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	601,70	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 6.765,93
03.15.06	19005 PRÓPRIO CANTONEIRA PERFIL LAMINADO ASTM A-36	KG	1203,49	R\$ 9,38	R\$ 11,46	R\$ 13.797,64
03.15.07	98746 SINAPI SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=1/4". AF_06/2018	M	130,00	R\$ 39,76	R\$ 48,60	R\$ 6.317,56
03.15.08	60021 SBC PARAFUSO ACO SEXIAVADO ASIM A-325 1/2"	UND	224,00	R\$ 6,46	R\$ 7,90	R\$ 1.768,64
03.15.09	8344 ORSE DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA COM RETIRADA DE SOLDA E CORTE DE PEÇAS POR MEIO DE LIXADEIRA	M2	117,75	R\$ 6,32	R\$ 7,72	R\$ 909,57
<b>03.16 PINTURA</b>						
03.16.01	73656 SINAPI JATEAMENTO COM AREIA EM ESTRUTURA METALICA	M2	117,75	R\$ 15,05	R\$ 18,39	R\$ 2.165,99

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

000000430

**TABELA REFERÊNCIA** SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO  
**TIPO DO PROJETO:** REFORÇO ESTRUTURAL  
**LOCAL DA OBRA:** NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"			
BDI	22,22%		
TOTAL ORÇAMENTO	R\$	285.887,36	

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
03.16.02 73865/1 SINAPI	FUNDO PREPARADOR PRIMER A BASE DE EPOXI, PARA ESTRUTURA METALICA, UMA DEMAQ, ESPESSURA DE 25 MICRA.	M2	117,75	R\$ 8,57	R\$ 10,47	R\$ 1.233,39
03.16.03 84662 SINAPI	PINTURA COM TINTA PROTETORA ACABAMENTO ALUMINIO, DUAS DEMAOS SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	117,75	R\$ 24,40	R\$ 29,82	R\$ 3.511,64
03.16.04 93287 SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	8,00	R\$ 287,94	R\$ 351,93	R\$ 2.815,47
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 68.698,69</b>

04.00	-	-	<b>TORRE 3</b>			
04.01	22108	SBC	RETIRADA ESTRUTURA METALICA SEM REMOCAO	M2	56,00	R\$ 32,30 R\$ 39,48 R\$ 2.210,80
04.02	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,50 M.	M3	2,31	R\$ 65,07 R\$ 79,53 R\$ 183,94
04.03	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	1,82	R\$ 21,63 R\$ 26,44 R\$ 48,19
04.04	7946	ORSE	PREPARO DE SUBSTRATO POR ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA (CORTE DE CONCRETO) PARA ESPESSURAS ACIMA DE 3,0CM E ATÉ 6,0CM	M2	8,72	R\$ 159,76 R\$ 195,27 R\$ 1.702,72
04.05	9182	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M3	0,42	R\$ 320,28 R\$ 391,46 R\$ 164,41
04.06	23716	SBC	REMOCAO DE ENTULHO DE OBRA EM CAMINHAO	M3	0,42	R\$ 139,21 R\$ 170,15 R\$ 71,46
04.07	40413	SBC	FORMA E ESCORAMENTO PARA REFORCO ESTRUTURAL	M2	4,40	R\$ 70,53 R\$ 86,21 R\$ 379,30
04.08	19003	PRÓPRIO	ADESIVO RESINA EPOXI SIKADUR 31	M2	8,72	R\$ 220,75 R\$ 269,81 R\$ 2.352,76
04.09	40412	PRÓPRIO	GROUT PARA REFORCO ESTRUTURAL SIKADUR 42	M2	0,72	R\$ 2.299,24 R\$ 2.810,24 R\$ 2.023,37
04.10	40501	SBC	CONCRETO USINADO 50,0 MPa BOMBEAVEL PARA GROUT	M3	0,42	R\$ 530,99 R\$ 649,00 R\$ 272,58
04.11	96531	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	4,80	R\$ 68,98 R\$ 84,31 R\$ 404,69
04.12	96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	2,40	R\$ 481,91 R\$ 589,01 R\$ 1.413,63
04.13	92916	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	7,65	R\$ 9,96 R\$ 12,17 R\$ 93,13
04.14	92921	SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	108,64	R\$ 6,97 R\$ 8,52 R\$ 925,51

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

145000

TABELA REFERÊNCIA SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO  
TIPO DO PROJETO: REFORÇO ESTRUTURAL  
LOCAL DA OBRA: NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"		
BDI	22,22%	
TOTAL ORÇAMENTO	R\$	285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço			Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)		UNIT. + BDI (R\$)		Total (R\$)
04.15	ESTRUTURA METÁLICA									
04.15.01	19006	ORSE	CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	KG	179,50	R\$	12,70	R\$	15,52	R\$ 2.786,30
04.15.02	19001	PRÓPRIO	Chumbador 3/4" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$	23,66	R\$	28,92	R\$ 462,69
04.15.03	19002	PRÓPRIO	Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$	19,66	R\$	24,03	R\$ 384,47
04.15.04	40491	SBC	MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	1203,49	R\$	9,20	R\$	11,24	R\$ 13.532,87
04.15.05	40491	SBC	MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	601,70	R\$	9,20	R\$	11,24	R\$ 6.765,93
04.15.06	19005	PRÓPRIO	CANTONEIRA PERFIL LAMINADO ASTM A-36	KG	1203,49	R\$	9,38	R\$	11,46	R\$ 13.797,64
04.15.07	98746	SINAPI	SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=1/4". AF_06/2018	M	130,00	R\$	39,76	R\$	48,60	R\$ 6.317,56
04.15.08	60021	SBC	PARAFUSO ACO SEXTAVADO ASTM A-325 1/2"	UND	224,00	R\$	6,46	R\$	7,90	R\$ 1.768,64
04.15.09	8344	ORSE	DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA COM RETIRADA DE SOLDA E CORTE DE PEÇAS POR MEIO DE LIXADEIRA	M2	117,75	R\$	6,32	R\$	7,72	R\$ 909,57
04.16	PINTURA									
04.16.01	73656	SINAPI	JATEAMENTO COM AREIA EM ESTRUTURA METALICA	M2	117,75	R\$	15,05	R\$	18,39	R\$ 2.165,99
04.16.02	73865/1	SINAPI	FUNDO PREPARADOR PRIMER A BASE DE EPOXI, PARA ESTRUTURA METALICA, UMA DEMAIO, ESPESSURA DE 25 MICRA.	M2	117,75	R\$	8,57	R\$	10,47	R\$ 1.233,39
04.16.03	84662	SINAPI	PINTURA COM TINTA PROTETORA ACABAMENTO ALUMINIO, DUAS DEMAOS SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	117,75	R\$	24,40	R\$	29,82	R\$ 3.511,64
04.16.04	93287	SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	8,00	R\$	287,94	R\$	351,93	R\$ 2.815,47
									TOTAL	R\$ 68.698,69

<b>05.00</b>	-	-	<b>TORRE 4</b>					
05.01	22108	SBC	RETIRADA ESTRUTURA METALICA SEM REMOCAO	M2	56,00	R\$ 32,30	R\$ 39,48	R\$ 2.210,80
05.02	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,50 M.	M3	2,31	R\$ 65,07	R\$ 79,53	R\$ 183,94
05.03	93382	SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_04/2016	M3	1,82	R\$ 21,63	R\$ 26,44	R\$ 48,19

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

000542

<b>TABELA REFERÊNCIA</b>	SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO
<b>TIPO DO PROJETO:</b>	REFORÇO ESTRUTURAL
<b>LOCAL DA OBRA:</b>	NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"		
<b>BDI</b>	22,22%	
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>	R\$	285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
05.04	7946 ORSE PREPARO DE SUBSTRATO POR ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA (CORTE DE CONCRETO) PARA ESPESURAS ACIMA DE 3,0CM E ATÉ 6,0CM	M2	8,72	R\$ 159,76	R\$ 195,27	R\$ 1.702,72
05.05	9182 ORSE DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M3	0,42	R\$ 320,28	R\$ 391,46	R\$ 164,41
05.06	23716 SBC REMOCAO DE ENTULHO DE OBRA EM CAMINHAO	M3	0,42	R\$ 139,21	R\$ 170,15	R\$ 71,46
05.07	40413 SBC FORMA E ESCORAMENTO PARA REFORCO ESTRUTURAL	M2	4,40	R\$ 70,53	R\$ 86,21	R\$ 379,30
05.08	19003 PRÓPRIO ADESIVO RESINA EPOXI SIKADUR 31	M2	8,72	R\$ 220,75	R\$ 269,81	R\$ 2.352,76
05.09	40412 PRÓPRIO GROUT PARA REFORCO ESTRUTURAL SIKADUR 42	M2	0,72	R\$ 2.299,24	R\$ 2.810,24	R\$ 2.023,37
05.10	40501 SBC CONCRETO USINADO 50,0 MPa BOMBEAVEL PARA GROUT	M3	0,42	R\$ 530,99	R\$ 649,00	R\$ 272,58
05.11	96531 SINAPI FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 2 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M2	4,80	R\$ 68,98	R\$ 84,31	R\$ 404,69
05.12	96555 SINAPI CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	2,40	R\$ 481,91	R\$ 589,01	R\$ 1.413,63
05.13	92916 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	7,65	R\$ 9,96	R\$ 12,17	R\$ 93,13
05.14	92921 SINAPI ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_12/2015	KG	108,64	R\$ 6,97	R\$ 8,52	R\$ 925,51
<b>05.15</b>	<b>ESTRUTURA METÁLICA</b>					
05.15.01	19006 ORSE CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	KG	179,50	R\$ 12,70	R\$ 15,52	R\$ 2.786,30
05.15.02	19001 PRÓPRIO Chumbador 3/4" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 23,66	R\$ 28,92	R\$ 462,69
05.15.03	19002 PRÓPRIO Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	16,00	R\$ 19,66	R\$ 24,03	R\$ 384,47
05.15.04	40491 SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	1203,49	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 13.532,87
05.15.05	40491 SBC MONTAGEM PERFIL ACO ASTM A36 6" LAMINADO + FIXACOES	KG	601,70	R\$ 9,20	R\$ 11,24	R\$ 6.765,93
05.15.06	19005 PRÓPRIO CANTONEIRA PERFIL LAMINADO ASTM A-36	KG	1203,49	R\$ 9,38	R\$ 11,46	R\$ 13.797,64
05.15.07	98746 SINAPI SOLDA DE TOPO EM CHAPA/PERFIL/TUBO DE AÇO CHANFRADO, ESPESSURA=1/4". AF_06/2018	M	130,00	R\$ 39,76	R\$ 48,60	R\$ 6.317,56
05.15.08	60021 SBC PARAFUSO ACO SEXTAVADO ASTM A-325 1/2"	UND	224,00	R\$ 6,46	R\$ 7,90	R\$ 1.768,64

*Silvia*  
Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT

Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**NOVA MUTUM**

000543

**TABELA REFERÊNCIA** SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO  
**TIPO DO PROJETO:** REFORÇO ESTRUTURAL  
**LOCAL DA OBRA:** NOVA MUTUM - MT

BDI "Construção de Edifícios"		
BDI	22,22%	
<b>TOTAL ORÇAMENTO</b>	R\$	285.887,36

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Código	Descrição / Serviço	Un	Qtd	UNITÁRIO (R\$)	UNIT. + BDI (R\$)	Total (R\$)
05.15.09 8344 ORSE	DESMONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA COM RETIRADA DE SOLDA E CORTE DE PEÇAS POR MEIO DE LIXADEIRA	M2	117,75	R\$ 6,32	R\$ 7,72	R\$ 909,57
<b>05.16</b>	<b>PINTURA</b>					
05.16.01 73656 SINAPI	JATEAMENTO COM AREIA EM ESTRUTURA METALICA	M2	117,75	R\$ 15,05	R\$ 18,39	R\$ 2.165,99
05.16.02 73865/1 SINAPI	FUNDO PREPARADOR PRIMER A BASE DE EPOXI, PARA ESTRUTURA METALICA, UMA DEMAIO, ESPESSURA DE 25 MICRA.	M2	117,75	R\$ 8,57	R\$ 10,47	R\$ 1.233,39
05.16.03 84662 SINAPI	PINTURA COM TINTA PROTETORA ACABAMENTO ALUMINIO, DUAS DEMAOS SOBRE SUPERFICIE METALICA	M2	117,75	R\$ 24,40	R\$ 29,82	R\$ 3.511,64
05.16.04 93287 SINAPI	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	8,00	R\$ 287,94	R\$ 351,93	R\$ 2.815,47
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 68.698,69</b>

  
Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM / MT**  
Av. Mutum, nº 1250n - Centro, Nova Mutum - MT, 78450-000



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM**

000544

TABELA REFERÊNCIA		SINAPI FEVEREIRO/2019 - NÃO DESONERADO		BDI "Construção de Edifícios"				
TIPO DO PROJETO:				BDI		22,22%		
LOCAL DA OBRA:				TOTAL ORÇAMENTO		R\$ 285.887,36		
CRONOGRAMA FISICO-FINANCEIRO (FF)								
Item	Descrição	Valor total com BDI	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
01.00	SERVIÇOS PRELIMINARES E GERAIS	R\$ 11.092,60	100,00%					
02.00	TORRE 1	R\$ 68.698,69	100,00%					
03.00	TORRE 2	R\$ 68.698,69	100,00%					
04.00	TORRE 3	R\$ 68.698,69		100,00%				
05.00	TORRE 4	R\$ 68.698,69		100,00%				
TOTAL		R\$ 285.887,36						
AVANÇO % MENSAL			51,94%	48,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
AVANÇO % ACUMULADO			51,94%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AVANÇO FINANCEIRO MENSAL			R\$ 148.489,98	R\$ 137.397,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
AVANÇO FINANCEIRO ACUMULADO			R\$ 148.489,98	R\$ 285.887,36	R\$ 285.887,36	R\$ 285.887,36	R\$ 285.887,36	R\$ 285.887,36

  
Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160





19001	Chumbador 3/4" Conforme Projeto			UND	R\$	23,66
CÓDIGO	COMPONENTES	UD	QTD	Custos	Custos	
	MATERIAL					
MERCADO	Chumbador 3/4" Conforme Projeto	UND	1,00	R\$ 12,50	R\$ 12,50	
	MÃO DE OBRA					
88278 SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METALICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,35	R\$ 15,46	R\$ 5,41	
88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,35	R\$ 16,45	R\$ 5,75	
	**COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO			TOTAL	R\$ 23,66	

DISMAFE	Dismafe Distribuidora De Maquinas E Ferramentas S/A CNPJ: 37.460.888/0001-55 Av. Fernando Corrêa da Costa, 2777 - Coxipó da Ponte, Cuiabá - MT, 78070-001 Telefone: (65) 3616-6000	A
---------	--	---

Oxigênio Cuiabá	OXIGENIO CUIABA LTDA CNPJ: 01.390.442/0001-54 Endereço: Av. Miguel Sutil, 14281 - Cidade Alta, Cuiabá - MT, 78025-700 Telefone: (65) 3614-3000	B
-----------------	--	---

COTAÇÃO DE MERCADO - EMPRESAS CONSULTADAS					
MATERIAL		Cot. A	Cot. B	Cot. C	V. MEDIANO
01	MERCADO	R\$ 13,00	12,00		R\$ 12,50

19002	Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	R\$	19,66	
CÓDIGO	COMPONENTES	UD	QTD	Custos	Custos
	MATERIAL				
MERCADO	Chumbador 5/8" Conforme Projeto	UND	1,00	R\$ 8,50	R\$ 8,50
	MÃO DE OBRA				
88278 SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,35	R\$ 15,46	R\$ 5,41
88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,35	R\$ 16,45	R\$ 5,75
	**COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO			TOTAL	R\$ 19,66

DISMAFE	Dismafe Distribuidora De Maquinas E Ferramentas S/A CNPJ: 37.460.888/0001-55 Av. Fernando Corrêa da Costa, 2777 - Coxipó da Ponte, Cuiabá - MT, 78070-001 Telefone: (65) 3616-6000	A
---------	--	---

Oxigênio Cuiabá	OXIGENIO CUIABA LTDA CNPJ: 01.390.442/0001-54 Endereço: Av. Miguel Sutil, 14281 - Cidade Alta, Cuiabá - MT, 78025-700 Telefone: (65) 3614-3000	B
-----------------	--	---

COTAÇÃO DE MERCADO - EMPRESAS CONSULTADAS					
MATERIAL		Cot. A	Cot. B	Cot. C	V. MEDIANO
01	MERCADO	R\$ 8,00	9,00		R\$ 8,50

19003	ADESIVO RESINA EPOXI SIKADUR 31				M2	R\$	220,75
CÓDIGO	COMPONENTES	UD	QTD	Custos	Custos		
	MATERIAL						
28304 SBC CUIABA	ADESIVO ESTRUTURAL EPOXI SIKADUR 31	KG	1,70	R\$ 119,00	R\$	202,30	
	MÃO DE OBRA						
88309 SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,474	R\$ 20,35	R\$	9,64	
88316 SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,536	R\$ 16,45	R\$	8,81	
	**COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO			TOTAL	R\$	220,75	

19004	PREPARO DE SUBSTRATO POR ESCARIFICAÇÃO MECÂNICA (CORTE DE CONCRETO) PARA ESPESURAS ACIMA DE 3,0CM E ATÉ 10,0CM				M2	R\$	127,07
CÓDIGO	COMPONENTES	UD	QTD	Custos	Custos		
M A T E R I A L							
01651/ORSE SINAPI	Óculos branco proteção	und	1,00	R\$ 5,90	R\$ 5,90		
2490/ORSE SINAPI	Rompedor 56,0 pcm / 1150 ipm (atlas copco -tex 11 ou equivalente)	und	6,00	R\$ 3,80	R\$ 22,80		
03283/ORSE	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 2,5 mm2, 450/750v	und	0,01	R\$ 4,54	R\$ 0,04		
04727/ORSE SINAPI	Luva de proteção de latex	und	2,00	R\$ 6,37	R\$ 12,74		
MÃO DE OBRA							
425/ SINAPI	OPERADOR DE MARTELETE OU MARTELETEIRO	H	6,00	R\$ 8,69	R\$ 52,14		
6111 SINAPI	SERVENTE DE OBRAS	H	3,00	R\$ 11,15	R\$ 33,45		
**COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO				TOTAL	R\$ 127,07		

19005	CANTONEIRA PERFIL LAMINADO ASTM A-36					R\$	9,38
CÓDIGO	COMPONENTES		UD	QTD	Custos	Custos	
	MATERIAL						
6325	SBC CUIABA	PREFABRICAÇÃO E USINAGEM DE PERIS DE ACO (kg)	KG	1,05	R\$ 2,83	R\$	2,97
13015	SINAPI	PERFIL "L" ABAS IGUAIS 1.1/4"x1/8" (1.50kg/m)	KG	1,05	R\$ 4,73	R\$	4,96
	MÃO DE OBRA						
88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,04	R\$ 20,23	R\$	0,80
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,04	R\$ 16,45	R\$	0,65

Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

000545  
1/2

\*\*COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO

**TOTAL R\$ 9,38**

19006	CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36				R\$	12,70
CÓDIGO	COMPONENTES	UD	QTD	Custos	Custos	
<b>MATERIAL</b>						
6325	SBC CUIABA PREFABRICACAO E USINAGEM DE PERFIS DE ACO (kg)	KG	1,05	R\$ 2,83	R\$	2,97
U1	MERCADO CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	KG	1,00	R\$ 5,31	R\$	5,31
<b>MÃO DE OBRA</b>						
88315	SINAPI SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1208	R\$ 20,23	R\$	2,44
88316	SINAPI SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1208	R\$ 16,45	R\$	1,98
<b>**COMPOSIÇÃO DA MÃO DE OBRA BASEADA NO</b>					<b>TOTAL R\$</b>	<b>12,70</b>

<b>AÇOMETAL</b>	Açometal CNPJ: 00.701.130/0001-51 R. Colonizador Enio Pipino, 867 (66) 3511-9200 VENDEDOR ANDRESSA	A
<b>PERFISA</b>	Perfisa Perfílados da Amazônia Ltda CNPJ: 24.682.062/0002-94 Rua João Pedro Moreira de Carvalho, 265 (66) 3515-0505 VENDEDOR ENI	B
<b>AÇO FER</b>	Açofer Ind. e Comercio CNPJ: 03.989.217/0004-07 Rua Colonizador Enio Pipino Nº3101 Lote R-25 (66) 3531-5544 VENDEDOR WELLITON	C

COTAÇÃO DE MERCADO - EMPRESAS CONSULTADAS

MATERIAL			Cot. A	Cot. B	Cot. C	V. MEDIANO
01	MERCADO	CHAPA ACO GROSSA 1/4" 6,35mm (49,78Kg/m2) AÇO ASTM A-36	R\$ 5,12	8,57	R\$ 5,31	R\$ 5,31

  
Silvia Romfim  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

000546





**COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI**

**(Bonificação e Despesas Indiretas)**

De acordo Nota Técnica - SECID 001/2015

De acordo com o acórdão 2622/2013 TCU- Critérios de aceitabilidade para lucros e despesas indiretas.

<b>Obras e Serviços</b>		<b>(%)</b>
<b>1.0</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DA OBRA</b>	<b>7,56%</b>
1.1	AC- Administração Central	5,20%
1.2	SG - Seguros e Garantia	0,80%
1.3	R - Riscos	0,97%
1.4	DF - Despesas Financeiras	0,59%
<b>2.0</b>	<b>LUCRO</b>	<b>7,40%</b>
2.1	L - Lucro Operacional	7,40%
<b>BDI SEM IMPOSTO</b>		<b>14,96%</b>
<b>3.0</b>	<b>TAXAS E IMPOSTOS</b>	<b>5,45%</b>
3.1	PIS	0,65%
3.2	COFINS	3,00%
3.3	ISSQN	1,80%
3.4	CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta Lei Nº 13.161/15	0,00%
<b>BDI COM IMPOSTOS (%)</b>		<b>22,22%</b>
Custo Direto - CD		80,22%
BDI Final com impostos		100,00%
Preço de Venda - PV		22,22%

Segundo Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União – TCU, o cálculo do BDI deve ser feito da  
AC → Administração Central

S → Seguro

R → Riscos

G → Garantia

DF → Despesas Financeiras

L → Taxa de Lucro/Remuneração

I → Incidência de Impostos (PIS, COFINS e ISS)

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

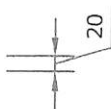
**Localidade / alíquota ISSQN**

Adotar Alíquota ISSQN – Nova Mutum, conforme Lei Complementar nº 189, de 02 de Abril de 2019

Considerar 60% para material e mão de obra.

*Silvia Romfim*  
Engenheira Civil  
CREA-MT 026.160

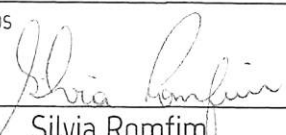
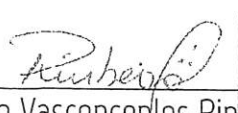
000547



SILVIA ROMFIM

ENGENHEIRA CIVIL  
CREA MT026160  
66 9 9979 7210  
SILVIA@ROMFIM.COM.BR

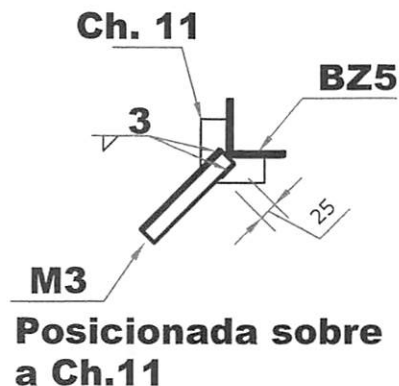
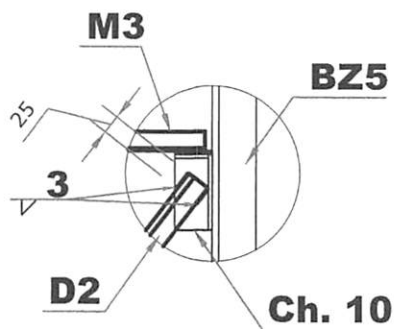
RUA DOS CANÁRIOS I 376 I NOSSA SENHORA APARECIDA II  
SINOP I MATO GROSSO I CEP 78.556-432  
FONE: 3531 8388 | contato@romfim.com.br

Projeto	TORRE METÁLICA	Folha	01/05
Assunto	ADEQUAÇÃO/ARMAÇÃO - BLOCOS DE COROAMENTO CHUMBADORES - BLOCO DE COROAMENTO		
Endereço	Logradouro: Rua dos Tamarindos Lote nº: Área Institucional  Bairro: Colina II NOVA MUTUM/MT	Data	ABRIL. 2019
Proprietário	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM CNPJ:24.772.162/0001-06		
Responsáveis Técnicos	<div> Silvia Romfim Engenheira Civil - CREA MT 026160</div> <div> Roberto Vasconcelos Pinheiro Engenheiro Civil - CREA RN 260346753-0</div> <div>000543</div>		



# BZ5; Ch.10/D2; Ch.11/M3)

5

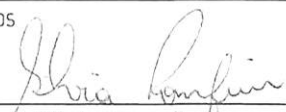
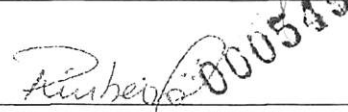


SILVIA ROMFIM

ENGENHEIRA CIVIL  
CREA MT026160  
66 9 9979 7210

SILVIA@ROMFIM.COM.BR

RUA DOS CANÁRIOS I 376 I NOSSA SENHORA APARECIDA II  
SINOP I MATO GROSSO I CEP 78.556-432  
FONE: 3531 8388 | contato@romfim.com.br

Projeto	TORRE METÁLICA	Folha	02/05
Assunto	DETALHES		
Endereço	Logradouro: Rua dos Tamarindos Lote nº: Área Institucional  Bairro: Colina II	Data	ABRIL. 2019
Proprietário	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM CNPJ:24.772.162/0001-06		
Responsáveis Técnicos	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">               Silvia Romfim              Engenheira Civil - CREA MT 026160         </div> <div style="text-align: center;">               Roberto Vasconcelos Pinheiro              Engenheiro Civil - CREA RN 260346753-0         </div> </div>		



SILVIA ROMFIM

ENGENHEIRA CIVIL  
CREA MT026160  
66 9 9979 7210  
SILVIA@ROMFIM.COM.BR

RUA DOS CANÁRIOS I 376 I NOSSA SENHORA APARECIDA II  
SINOP I MATO GROSSO I CEP 78.556-432  
FONE: 3531 8388 I contato@romfim.com.br

Projeto

TORRE METÁLICA

Folha

03/05

Assunto

DETALHES TÍPICOS DE LIGAÇÃO

Endereço

Logradouro: Rua dos Tamarindos

Lote nº: Área Institucional

Bairro: Colina II

NOVA MUTUM/MT

Data

ABRIL.  
2019

Proprietário

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

CNPJ:24.772.162/0001-06

Responsáveis Técnicos

Silvia Romfim

Engenheira Civil - CREA MT 026160

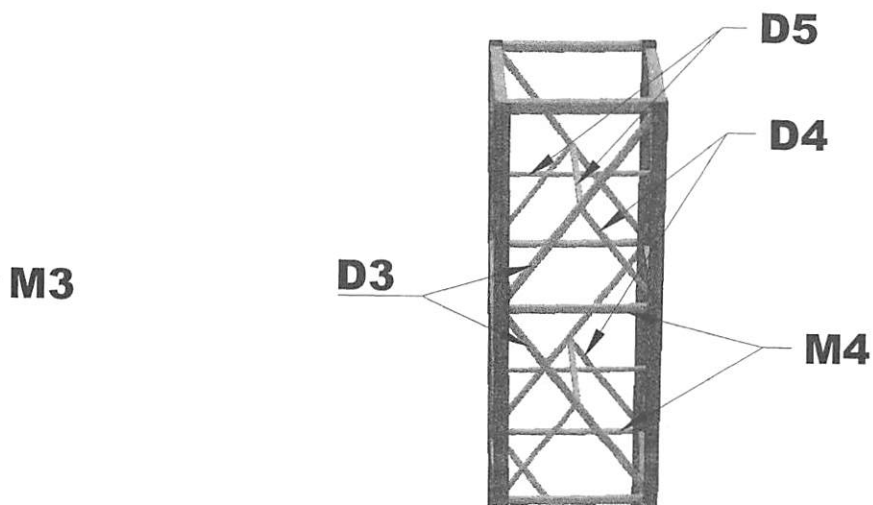
Roberto Vasconcelos Pinheiro

Engenheiro Civil - CREA RN 260346753-0

000550

Ch. 04	1/4"	Ver detalhe	-----	16	0,09	1,41
Ch. 05	1/4"	Ver detalhe	-----	8	0,49	3,92
Ch. 06	3/16"	Ver detalhe	-----	64	0,16	10,40
Ch. 07	1/4"	Ver detalhe	-----	32	0,49	15,58
Ch. 08	3/16"	Ver detalhe	-----	68	0,07	4,49
Ch. 09	3/16"	Ver detalhe	-----	64	0,12	7,52
Ch. 10	3/16"	Ver detalhe	-----	64	0,18	11,75
Ch. 11	3/16"	Ver detalhe	-----	68	0,17	11,80
Ch. 12a	1/4"	Ver detalhe	-----	16	0,59	9,41
Ch. 12b	1/4"	Ver detalhe	-----	16	0,59	9,41
Ch. 13a	1/4"	Ver detalhe	-----	16	0,59	9,41
Ch. 13b	1/4"	Ver detalhe	-----	16	0,59	9,41
					<b>Sub-total 1</b>	<b>242,66</b>
Perdas	-----	-----	-----	1	16,99	16,99
					<b>Sub-total 2</b>	<b>16,99</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>259,65</b>

		<b>SILVIA ROMFIM</b> ENGENHEIRA CIVIL CREA MT026160 66 9 9979 7210 SILVIA@ROMFIM.COM.BR	
Rua dos Canários I 376 I NOSSA SENHORA APARECIDA II SINOP I MATO GROSSO I CEP 78.556-432 FONE: 3531 8388 I contato@romfim.com.br			
Projeto <b>TORRE METÁLICA</b>		Folha <b>04/05</b>	
Assunto <b>ELEVAÇÃO- ESTRUTURA METÁLICA COMPLETA</b>			
Endereço Logradouro: Rua dos Tamarindos Lote nº: Área Institucional Bairro: Colina II NOVA MUTUM/MT		Data <b>ABRIL.</b> <b>2019</b>	
Proprietário <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM</b> CNPJ:24.772.162/0001-06		000551	
Responsáveis Técnicos <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">   <b>Silvia Romfim</b>          Engenheira Civil - CREA MT 026160       </div> <div style="text-align: center;">   <b>Roberto Vasconcelos Pinheiro</b>          Engenheiro Civil - CREA RN 260346753-0       </div> </div>			



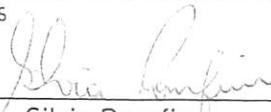
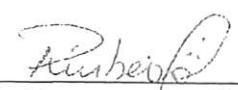
**DETALHE 04**  
(D3; D4; D5; M4)



**SILVIA ROMFIM**

ENGENHEIRA CIVIL  
CREA MT026160  
66 9 9579 7210  
SILVIA@ROMFIM.COM.BR

RUA DOS CANÁRIOS 1376 | NOSSA SENHORA APARECIDA II  
SINOP | MATO GROSSO | CEP 78.556-432  
FONE: 3531 8388 | contato@romfim.com.br

Projeto		Folha
TORRE METÁLICA		05/05
Assunto		
3D - ELEVAÇÃO E DETALHES DAS BARRAS DOS BANZOS		
Endereço		Data
Logradouro: Rua dos Tamarindos		ABRIL. 2019
Lote nº: Área Institucional		
Bairro: Colina II		
		NOVA MUTUM/MT
Proprietário		
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM		
CNPJ:24.772.162/0001-06		
Responsáveis Técnicos		
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="text-align: center;">               _____  <b>Silvia Romfim</b>              Engenheira Civil - CREA MT 026160           </div> <div style="text-align: center;">               _____  <b>Roberto Vasconcelos Pinheiro</b>              Engenheiro Civil - CREA RN 260346753-0           </div> </div>		

000552





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

**PORTARIA Nº 048, DE 05 DE ABRIL DE 2019.**

*“Prorroga prazo da Portaria nº 030/2019, e dá outras providências”.*

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 006/2018;

## **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Sancionador, reconduzida pela Portaria nº 030, de 28 de fevereiro de 2019, veiculada no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.567, publicada no dia 08 de março de 2019, em face das razões apresentadas pela Presidente da Comissão Processante constantes no Ofício nº 018/2019.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

*João Batista Pereira da Silva*  
*Gerente de Gabinete*

000553  
+

### LICITAÇÃO

#### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019

Objeto: contratação de empresa para construção de estacionamentos em avenidas do perímetro urbano da cidade, conforme planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e memorial descritivo que compõe o projeto básico. Data de Abertura: 24 de abril de 2019. Horário: 08:00 horas. Tipo: Menor preço (global). Edital e anexos: Poderá ser obtido no site <http://www.novamutum.mt.gov.br/publicacoes/licitacoes>, ou pelo email [licitacao@novamutum.mt.gov.br](mailto:licitacao@novamutum.mt.gov.br), e ou telefone \*\*65-3308.5400.

Nova Mutum - MT, 05 de abril de 2019.

Fabrizio Luiz Gonçalves  
Presidente da CPL

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 048, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"Prorroga prazo da Portaria nº 030/2019, e dá outras providências".

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 006/2018;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar, por 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Sancionador, reconduzida pela Portaria nº 030, de 28 de fevereiro de 2019, veiculada no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.567, publicada no dia 08 de março de 2019, em face das razões apresentadas pela Presidente da Comissão Processante constantes no Ofício nº 018/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

João Batista Pereira da Silva  
Gerente de Gabinete

#### PORTARIA Nº 049, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

"Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, e dá outras providências, em rito ordinário".

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores **Sra Adriana Cristina Ferreira**, matrícula nº 129, **Sra. Izabel Cristina Diniz Rezende de Quadros**, matrícula nº 7946, e **Sra Vera Inês Segatti Monteiro**, matrícula nº 156, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sob o rito ordinário, incumbida de apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, aos atos e fatos que constam do Processo nº 003/2019, referente a possível ato de descumprimento relatados na Ata de Reunião 048, 26 de março de 2019, do Centro Municipal de Educação Básica Integral Profª Lucia Faccio Tasca, o qual foi apresentado por intermédio do C.I. 141/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 05 de abril de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

João Batista Pereira da Silva  
Gerente de Gabinete

#### PORTARIA Nº 047, DE 03 DE ABRIL DE 2019.

"Dá nova constituição ao Conselho Municipal de Defesa do Meio

Ambiente - COMDEMA e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 60, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Município de Nova Mutum - COMDEMA, de acordo com a Lei Municipal nº 571/2000 e suas alterações, passando a vigorar com a seguinte redação:

REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS - CDL

Titular: João Carlos da Silva - CPF: 482.978.287-72

Suplente: Paulo José dos Anjos - CPF: 574.855.509-34

REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE NOVA MUTUM - STTRNM

Titular: Rui Daniel Faccio - CPF 862.012.551-68

Suplente: José Antônio dos Santos - CPF: 464.856.279-87

REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE NOVA MUTUM - SRNM

Titular: Emerson Zancanaro - CPF: 763.573.339-72

Suplente: Paulo André Zen - CPF: 571.606.431-00

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E

MEIO AMBIENTE

Titular: Renato Francisco Kremer - CPF: 602.874.039-04

Suplente: Amanda Favaretto Caires Caneppele - CPF: 020.259241-80

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Titular: Flávio Roberto Lamp - CPF: 732.257.461-34

Suplente: Geovani Ferreira da Silva - CPF: 692.614.071-53

CULTURA

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E

49

Titular: Izabel Cristina Diniz Rezende de Quadros - CPF: 496.369.871-

Suplente: Bruna Dadalto Matias - CPF: 039.232.631-04

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Jerusa Coppieters Vidrik - CPF: 002.870.461-41

Suplente: Leticia Câmara Pitchenin - CPF: 035.773.651-61

ESTADO DE MT - INDEA

REPRESENTANTE DO INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO

Titular: Simone Cleonice Colombo - CPF: 567.494.731-72

Suplente: Cynthia Mara Custódio de Farias - CPF: 305.529.728-86

ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL S/A - EMPAER

Titular: Edénise do Carmo Jortez - CPF: 206.826.461-72

Suplente: Dionei Ribeiro - CPF: 015.356.312-52

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DE NOVA MUTUM

Titular: João Henrique Alves - CPF: 050.006.499-74

Suplente: Naiara Vieira dos Santos Walther - CPF: 042.572.711-40

REPRESENTANTE DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSOCIAÇÃO DE REVENDAS DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS- CEARPA

Titular: Emerson Argenton - CPF: 943.834.211-72

Suplente: Márcio Aparecido Florêncio - CPF: 826.060.131-15

GROSSO - UNEMAT

REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO

Titular: Natália Molina Cetrulo - CPF: 308.763.768-80

Suplente: Benhur da Silva Oliveira - CPF: 020.909.221-17

NOVA MUTUM

REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE

Titular: Ailton Pessi - CPF: 610.876.100-87

Suplente: Lucas Badan Faria - CPF: 005.266.751-01

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA

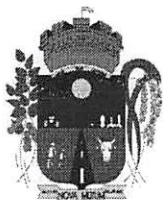
Titular: Miguel Antônio Coradini - CPF: 427.475.380-87

Suplente: João Batista Garcia Neto - CPF: 298.366.951-00

REPRESENTANTE DO SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO

Titular: Solani Maria Arens - CPF: 021.290.599-60





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum


Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PARA ANALISAR OS FATOS CONSTANTES NO PROCESSO Nº 006/2018.

Aos 17 dias do mês de abril de 2019, às 13h20min, na sala de reuniões da Prefeitura de Nova Mutum, com a presença do presidente e dos membros da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, do Chefe do Poder Executivo, publicada no dia 15 de junho de 2018 no veículo Diário Oficial do TCE. Desta maneira, procedeu-se a reunião desta Comissão que terá como finalidade a atividade para *apuração de possíveis irregularidades referente ao vínculo mediante Contrato Administrativo nº 155/2017 oriundo do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 019/2017*, conforme Processo Administrativo nº 006/2018, bem como aos demais fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, DELIBEROU-SE preliminarmente:

1. A Comissão entende que diante da complexidade dos fatos e os documentos constantes nos autos, torna-se necessário mais prazo para uma análise criteriosa dos 3(três) Laudos Técnicos, apresentados pelas Empresas.

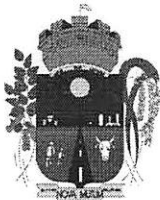
  
Jonathan Aguetoni Sartori  
Presidente

  
Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

  
Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro

000555





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## REQUERIMENTO

MEMORANDO P.A. 020/2019

Nova Mutum/MT, 06 de maio de 2019.

**À Sua Excelência o Senhor Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos  
Mauro Antônio Manjabosco**

**Assunto: Solicitação de afastamento por motivo de saúde de parente.**

Excelentíssimo Senhor Secretário

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, solicito afastamento do referido processo em decorrência do meu pedido de férias, a qual foi motivado pela condição de saúde de meu pai. Assim, para não comprometer o andamento do processo sugiro a indicação de outro servidor para a presidência do processo supracitado.

Atenciosamente,

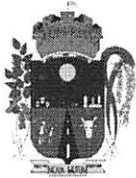
PREFEITURA MUNICIPAL DE  
NOVA MUTUM - MT  
**DEFERIDO**

Em 06/05/19  
*[assinatura]*

*[assinatura]*  
Jonathan Aguetoni Sartori

Presidente da Comissão de P.A nº 006/2018  
Portaria nº 082/2018

000550



# PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

## ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos

<b>COMUNICAÇÃO INTERNA</b>	<b>Nº 045/2019</b>
<b>DE:</b> Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Ramal: 5400
<b>PARA:</b> À Sua Excelência o Senhor Prefeito Adriano Xavier Pivetta	Data: 6/5/2019

### AÇÕES:

<input type="checkbox"/> Anexar ao processo	<input type="checkbox"/> Autorizar	<input type="checkbox"/> Encaminhar	<input type="checkbox"/> Para Conhecimento
<input type="checkbox"/> Arquivar	<input type="checkbox"/> Comentar	<input type="checkbox"/> Convidar	<input type="checkbox"/> Para confirmar
<input type="checkbox"/> Anotar e devolver	<input type="checkbox"/> Como Discutido	<input type="checkbox"/> Convocar	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Providências</b>
<input type="checkbox"/> Aprovar	<input type="checkbox"/> Como Solicitado	<input type="checkbox"/> Parecer	<input type="checkbox"/> Orientações
<input type="checkbox"/> Assinar	<input type="checkbox"/> Conferir	<input type="checkbox"/> Minuta	<input type="checkbox"/> Solicitação

Assunto: **Solicitação de recondução do prazo do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018 e substituição do membro presidente Srº Jonathan Aguetoni Sartori.**

Senhor;

Tendo em vista Comissão de Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, instaurado por Vossa Excelência por intermédio da Portaria nº 048, de 05 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, edição nº 1592, publicada no dia 10 de abril de 2019, **SOLICITO** recondução do prazo para conclusão dos trabalhos por mais 30 dias, nos termos do Art. 66 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conforme se trate de processo administrativo sancionador.

Informo ainda, a necessidade de alteração de membro presidente deste Processo em virtude de afastamento do Srº Jonathan Aguetoni Sartori, que será substituído pela Servidora Aline Duarte Dutra takagui com registro de Matrícula nº 356, Portaria nº 201/2002 de 12 de julho de 2002.

A dilação do prazo inicial é imperiosa, visto que encontra-se em processo de elaboração de Laudo Técnico para que se conceda vista a mesma. Por oportuno, comunico que o prazo para conclusão dos trabalhos encerra-se no dia 5 de Junho de 2019.

Atenciosamente,

MAURO ANTONIO MANJABOSCO  
Secretario Municipal de Planejamento de Assuntos Estratégicos

Data:	Recebido por:
06/05/2019	 Cristiano da Silva Lino OAB/MT 24.001-0 Assessor Jurídico

000557



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

**PORTARIA Nº 059, DE 06 DE MAIO DE 2019.**

*“Reconduz Comissão de Processo Administrativo Sancionador, PAS nº 006/2018, e dá outras providências”.*

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 006/2018;

## **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Reconduzir pelo prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Processo Administrativo Sancionador, reconduzida pela Portaria nº 030, de 28 de fevereiro de 2019, veiculada no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.592, publicada no dia 10 de abril de 2019, em face das razões apresentadas pelo Membro da Comissão, mediante ofício 020 – CPAS.

**Art. 2º.** Substituir Membro da Comissão, servidor **Sr. Jonathan Aguetoni Sartoni**, matrícula nº 8684.1, pela servidora **Sra. Aline Duarte Dutra Takagui**, matrícula nº 356.1, à vista disso passará a compor com os seguintes membros:

- I – **Aline Duarte Dutra Takagui**, matrícula nº 356.1 – Presidente da Comissão;
- II – **Dariani Oliveira da Rosa**, matrícula nº 9007.1 – Membro da Comissão;
- III – **Adailton Rogerio de Oliveira Aires**, matrícula 8900.1 – Membro da Comissão.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 06 de maio de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

*João Batista Pereira da Silva*  
Gerente de Gabinete

000558





000000

11

0.1.01.000000 – Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	R\$ 1.500,00	0,00	R\$ 1.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 6.500,00</b>

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

fevereiro de 2019.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 01 de

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

**Adriano Xavier Pivetta**  
Prefeito

### DECRETO Nº 052, DE 29 DE ABRIL DE 2019.

"Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo o contido da Lei Municipal Nº 2.235, de 14 de dezembro de 2018, em consonância com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

#### DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 41, Inciso I, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), à seguinte rubrica orçamentária:

#### DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR

14.001.17.512.0149.20132 Manutenção da Coleta de Resíduos Sólidos

e Transbordo

3390.30.00.00 (36) Material de Consumo R\$ 70.000,00

#### TOTAL DE DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para atender ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial de dotação do orçamento vigente, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, recursos no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), aos códigos:

#### DOTAÇÃO A REDUZIR

14.001.17.122.0147.20131 Manutenção e encargos do setor operacional

3390.30.00.00 (17) Material de Consumo R\$ 70.000,00

#### TOTAL DAS REDUÇÕES R\$ 70.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

abril de 2019.

Gabinete do Prefeito, Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 29 de

**Adriano Xavier Pivetta**  
Prefeito

### LICITAÇÃO

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2019.

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, torna público através da Comissão Permanente de Licitação, que fará realizar às 14:00 horas do dia 10/06/2019, nos termos da Lei 8.666/93, concorrência do tipo maior oferta por item, destinada à alienação (venda) de lotes, localizados no Distrito Ranchão. O edital completo poderá ser acessado no site do município pelo e-mail: <http://www.novamutum.mt.gov.br/publicacoes/licitacoes>, ou pelo e-mail: licitacao@novamutum.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitação, de segunda a sexta das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, ou pelo telefone (065) 3308-5400.

Nova Mutum – MT, 06 de maio de 2019.

**Fabrizio Luiz Gonçalves**  
Presidente da CPL

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 059, DE 06 DE MAIO DE 2019.

"Reconduz Comissão de Processo Administrativo Sancionador, PAS nº 006/2018, e dá outras providências".

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 006/2018:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Reconduzir pelo prazo de 30 (trinta) dias, a Comissão de Processo Administrativo Sancionador, reconduzida pela Portaria nº 030, de 28 de fevereiro de 2019, veiculada no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.592, publicada no dia 10 de abril de 2019, em face das razões apresentadas pelo Membro da Comissão, mediante ofício 019 – CPAS.

Art. 2º. Substituir Membro da Comissão, servidor Sr. **Jonathan Aguetoni Sartoni**, matrícula nº 8684.1, pela servidora Sra. **Aline Duarte Dutra Takagui**, matrícula nº 356.1, à vista disso passará a compor com os seguintes membros:

- I – **Aline Duarte Dutra Takagui**, matrícula nº 356.1 – Presidente da Comissão;
- II – **Dariani Oliveira da Rosa**, matrícula nº 9007.1 – Membro da Comissão;
- III – **Adailton Rogerio de Oliveira Aires**, matrícula 8900.1 – Membro da Comissão.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 06 de maio de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

**João Batista Pereira da Silva**  
Gerente de Gabinete

#### PORTARIA Nº 060, DE 06 DE MAIO DE 2019.

"Institui Sindicância Investigativa, e dá outras providências, em rito sumário".

O Sr. **João Batista Pereira da Silva**, Gerente de Gabinete (Portaria nº 153/2018) do Município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições de Ordenador de Despesa (Portaria nº 155/2018) que lhe são conferidas pelo Art. 3º do Decreto Municipal nº 065, de 13 de julho de 2018:

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Sra. **Dalane Aparecida Melo dos Santos**, matrícula nº 2089.1, e Sr. **Antonio Erinaldo Vieira Santana**, matrícula nº 7861.1, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa, incumbida de apurar, no prazo de 30 (trinta) dias, aos atos e fatos que constam do **Processo de Sindicância nº 003/2019**, motivada conforme C.I. 187/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 06 de maio de 2019.

Registre-se, Afixe-se e Cumpra-se.

**João Batista Pereira da Silva**  
Gerente de Gabinete

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2019

#### DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

#### URBANO

O Município de Nova Mutum, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 24.772.162/0001-06, com sede à Avenida Mutum nº 1250N, na cidade de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, através do Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito do Município, CONVOCA todos os contribuintes listados abaixo, para que no prazo de 30 (trinta) dias compareçam à Prefeitura Municipal de Nova Mutum, no Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, no endereço acima mencionado, munidos de documentos pessoais para tratar de assuntos referentes à limpeza de terrenos e atualização cadastral.

000559



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PARA ANALISAR OS FATOS CONSTANTES NO PROCESSO Nº 006/2018.

Aos 8 dias do mês de maio de 2019, às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura de Nova Mutum, com a presença do presidente e dos membros da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, do Chefe do Poder Executivo, publicada no dia 15 de junho de 2018 no veículo Diário Oficial do TCE. Desta maneira, procedeu-se a reunião desta Comissão que terá como finalidade a atividade para *apuração de possíveis irregularidades referente ao vínculo mediante Contrato Administrativo nº 155/2017 oriundo do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 019/2017*, conforme Processo Administrativo nº 006/2018, bem como aos demais fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos, DELIBEROU-SE preliminarmente:

1. Começando os trabalhos a Comissão entende que diante da complexidade dos fatos e os documentos constantes nos autos, torna-se necessário mais prazo para análise criteriosa de todos os documentos, bem como a análise dos Laudos Técnicos constantes no processo;
2. Após a realização da análise do processo, fica deliberado que a Comissão notificará a Empresa WN Construções LTDA – ME, sobre o resultado do Processo, dando a mesma, um prazo para manifestação;
3. Emitirá Memorando para o Departamento de Licitação, solicitando informações com relação a quantidade de Aditivos ocorridos ao Contrato nº 155/2017;
4. Emitirá Memorando a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, solicitando informações quanto aos pagamentos efetuados a Empresa, além do que foi informado mediante a CI nº 087/2018 da Secretaria; e
5. Após receber repostas do Departamento de Licitação, Secretaria de Finanças, bem como, após aguardar o prazo para manifestação/defesa da Empresa, a Comissão emitirá o Relatório Final e Termo de Encerramento do Processo, e encaminhará à autoridade instauradora.

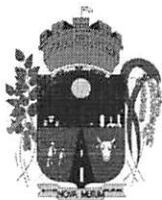
Aline Duarte Dutra Takagui  
Presidente

Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro

000560





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

Nova Mutum- MT, 10 de maio de 2019.

Processo Administrativo nº 006/2018.

## MEMORANDO P.A. 021/2019

**De:** Aline Duarte Dutra Takagui  
Presidente da Comissão de Processo Administrativo  
**Para:** Sergio Vitor Alves Rodrigues  
Assessor Técnico do Departamento de Licitação

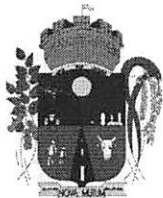
Prezado Senhor;

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo, designado pela Portaria nº 082/2018, para apurar os fatos relacionados no Processo Administrativo nº 006/2018 e no uso das atribuições que me são conferidas, venho solicitar informações com relação aos Termos Aditivos ao Contrato nº 155/2017, celebrando com a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06, pois nos autos do processo consta somente 2(dois) Termos Aditivos, portanto esta Comissão solicita mais informações se não ocorreu além destes, mais aditivos, solicitamos com a maior brevidade possível.

  
*Aline D. Dutra Takagui*  
Presidente

*Recebido  
10/05/2019  
Donatti*

*000561*



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

Nova Mutum- MT, 10 de maio de 2019.

Processo Administrativo nº 006/2018.

## MEMORANDO P.A. 022/2019

**De:** Aline D. Dutra Takagui


Presidente da Comissão de Processo Administrativo

**Para:** Agenor Darci Przendziuk

Secretário Municipal de Finanças e Orçamentos

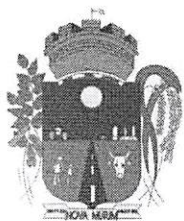
Prezado Senhor;

Na qualidade de Presidente da Comissão de Processo Administrativo, designado pela Portaria nº 082/2018, para apurar os fatos relacionados no Processo Administrativo nº 006/2018, referente ao objeto de *contratação de empresa para execução de obra de iluminação no campo municipal de futebol localizado bairro colina II, com extensão de rede de média tensão – 13.8 kv – posto de transformação – torres de iluminação e SPDA, conforme planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, que compõe o projeto básico*, venho solicitar de Vossa Senhoria que seja verificado junto ao Departamento de Finanças se ocorreu novos pagamentos a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06, referente ao Contrato nº 155/2017 - Tomada de Preços nº 019/2017, solicitamos com a maior brevidade possível.

  
**Aline D. Dutra Takagui**  
Presidente

10.05.19  
Przendziuk

000562



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM – MT  
ESTADO DE MATO GROSSO – CNPJ: 24.772.162/0001-06  
Avenida Mutum. 1.250N – Centro - Fone (0\*\*65)3308-5400

Nova Mutum, 10 de Maio de 2019.

**COMUNICADO INTERNO**

**NÚMERO: 32/2019**

**DE: SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
**PARA: Aline D. Dutra Takagui**  
**Presidente da Comissão de Processo Administrativo**

Anexar ao Processo		Autorizar		Encaminhar		Para Conhecimento
Anotar e Arquivar		Comentar		Espera seu Chamado	X	<b>Para Informar</b>
Anotar e Devolver		Como Discutido		Falar-me		Providências
Aprovar	X	<b>Como Solicitado</b>		Ligou		Confirmar
Assinar		Conferir		Minuta		

Tem o presente a finalidade de responder o Memorando P.A 022/2019, o qual solicita informação a resposta do pagamento para a Empresa WN Construções Ltda - ME inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06 referente ao Contrato n. 155/2017 - Tomada de Preços nº. 019/2017.

Conforme solicitação informamos que já foi efetuado o pagamento integralmente conforme extrato em anexo, onde foram entregue 03(três) medições apresentadas pelo fiscal do contrato.

Atenciosamente,

  
AGENOR DARCI PRZENDZIUK  
Secretário de Finanças e Orçamento.  
Agenor Darci Przendziuk  
Secretário Municipal de  
Finanças e Orçamento  
Port. N.º 001/13 de 02/01/2013

000563  
10-5-19  
Aline Duarte Dutra  
Secretária  
Portaria Nº 201/2002  
12/07/2002





ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM MT

AVENIDA MUTUM, Nº 1250, JARDIM DAS ORQUIDEAS, NOVA MUTUM - MATO GROSSO

CNPJ: 24.772.162/0001-06

### EXTRATO DE EMPENHO

EMPENHO: 8599/2017

TIPO DO EMPENHO: GLOBAL

DATA DO EMPENHO: 24/10/2017

CÓDIGO REDUZIDO: 539

ÓRGÃO/UNIDADE: 10 001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 27 812 0139 1131 CONSTR. E REFOR. DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALACOES

SUBELEMENTO: 91 OBRAS EM ANDAMENTO

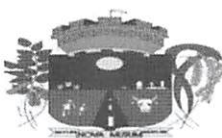
FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINARIOS

CREDOR: 113902 WN CONSTRUCOES LTDA - ME

DESCRIÇÃO: VALOR QUE SE EMPENHA REF. A EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL, LOCALIZADO BAIRRO COLINA II, CONFORME CONTRATO Nº 155/2017. SEC. DE ESPORTES E LAZER.

DATA	NÚMERO DOCUMENTO	DOC. RELAC.	HISTÓRICO	VALOR	
24/10/2017	00008599/2017	PE	EMPENHO	390.909,96	
04/01/2018	00000099/2018	NF 0000015897	LIQUIDAÇÃO	141.375,70	
04/01/2018	00000099/2018	OP 0000010401	PAGAMENTO	141.375,70	
15/03/2018	00002447/2018	NF 0000016659	LIQUIDAÇÃO	99.873,62	
16/03/2018	00002521/2018	OP 0000031616	PAGAMENTO	99.863,62	
13/06/2018	00013598/2018	NF 0000017528	LIQUIDAÇÃO	149.660,64	
13/06/2018	00006143/2018	OP 0000061303	PAGAMENTO	10,00	
13/06/2018	00006144/2018	OP 0000061303	PAGAMENTO	149.660,64	
VALOR EMPENHADO	TOTAL LIQUIDADO	TOTAL PAGO	TOTAL ANULADO EMP	TOTAL ANULADO LIQ.	TOTAL ANULADO PAG.
390.909,96	390.909,96	390.909,96	0,00	0,00	0,00
A PAGAR NÃO PROCESSADO		0,00	A PAGAR PROCESSADO		0,00

000564



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

Comunicado Interno nº 006/2019/ADM

Nova Mutum, em 10 de maio de 2019.

À

**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**ALINE DUARTE DUTRA TAKAGUI**

Venho por meio deste, em resposta ao MEMORANDO P.A. 021/2019, informar que, foram realizados apenas 02 (dois) termos de aditamento referente ao contrato nº 155/2017, celebrado com a empresa WN CONSTRUCOES LTDA ME, conforme segue relatório em anexo.

Atenciosamente,



**Sérgio Vitor Alves Rodrigues**  
Departamento de Licitação

000565

10/5/2019  




## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM MT

Seja Bem-Vindo Sr(a), JOSE MIKE JONHN: PONCETTI

Sair

Exercício: 2019 ▼

[Cadastros](#) [Compras](#) [Licitação](#) [Contratos](#) [Relatório TCE](#)[Contratos](#) [Compras e Serviços](#) [Aditivo](#)

## Aditivo de Contrato

Contrato: 155 Ano: 2017

Aditivo Número: 0 Ano: 0

Fornecedor: 0 Razão Social:

Vigência Inicial: / / 20 até / / 20

Vigência Final: / / 20 até / / 20

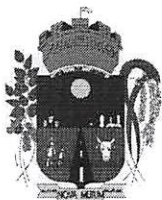
Situação: Todos ▼

Tipo: Todos ▼

Contrato	Aditivo	Tipo	Justificativa	Início	Fim	Situação	
00000155/2017	00000000002/2018	Prazo	A OBRA ESTÁ ATRASADA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS, E O MUNICÍPIO INSTAURARÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTRA A EMPRESA SUPRA CITADO, PARA ISSO, É NECESSÁRIO QUE O CONTRATO ESTEJA VIGENTE.	28/05/2018	22/12/2018	Concluído	
00000155/2017	00000000001/2017	Prazo	FUNDAMENTA-SE NA JUSTIFICATIVA APRESENTADA PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, A QUAL CITA QUE O MOTIVO SE DEU PELA EMPRESA TER SOLICITADO PRAZO SENDO ASSIM O DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DEFERE O PEDIDO E LIBERA 90 DIAS NA EXECUÇÃO DA OBRA E 150 DIAS VIGÊNCIA	22/12/2017	22/05/2018	Concluído	

000566





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 14 dias, do mês de maio de 2019, em Nova Mutum – Estado de Mato Grosso, na Avenida Mutum, nº 1.250 N, Bairro Jardim das Orquídeas, CEP: 78.450-000, na sede da Prefeitura Municipal, onde funciona a Comissão de Processo Administrativo nº 006/2018, juntei a este auto entregue pelo Departamento de Segurança da Prefeitura do Sr. Antônio Erinaldo, Técnico em Segurança do Trabalho o documento abaixo especificado:

- Ofício nº 095/5ª CIBM/2019 de 04 de abril de 2019, referente a risco potencial, ou seja, uma ocorrência atendida pelo Corpo de Bombeiros Militar de Nova Mutum, onde a mesma precisou fazer o salvamento de um jovem.

As quais passam a constituir o presente Processo Administrativo nº 006/2018, cujas folhas serão devidamente numeradas e rubricadas, que corresponde a este termo.

  
**Aline Duarte Dutra Takagui**

Presidente da Comissão de P.A nº 006/2018

000567



Ofício nº 095/5ªCIBM/2019

Nova Mutum - MT, 04 de abril de 2019.

Ao senhor  
Geder Luiz Genz  
Secretário Municipal de Administração

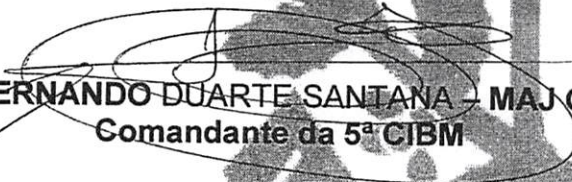
Assunto: **risco potencial**

Senhor Secretário,

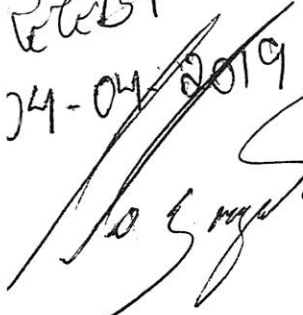
Informo vossa senhoria que no dia 01 de abril de 2019, esta unidade foi acionada para atender a uma ocorrência de salvamento de uma jovem que havia escalado uma das torres de iluminação do campo no bairro Colina, localizado atrás da Escola Caminhos do Saber. A ocorrência foi solucionada sem maiores problemas, porém chamou a atenção para o potencial risco oferecido à população pelo fato de não haver qualquer restrição de acesso às escadas das tores.

Nesse sentido, a fim de se evitar casos como o ocorrido, de crianças venham a escalar a torre por brincadeira ou mesmo minorar a vulnerabilidade a possíveis tentativas de suicídio, solicito a vossa senhoria a possibilidade de restringir o acesso às escadas, envolvendo as torres pelo alambrado que cerca o campo.

Respeitosamente,

  
**FERNANDO DUARTE SANTANA - MAJ QOBM**  
Comandante da 5ª CIBM

000568

Recebido  
24-04-2019  


**De:** Antônio Erinaldo- Técnico em Segurança do Trabalho  
<antonio.rh@novamutum.mt.gov.br>

**Data:** 08/04/2019 13:12

**Para:** Marcelo Bragatti - Secretaria de Esportes <marcelo.esportes@novamutum.mt.gov.br>

prezado senhor,

Conforme Ofício da 5ª CIBM informando sobre os riscos das torres do campo por trás da CMEBI Caminhos do Saber, favor enviar fotos e quais procedimentos serão executados.

000569



**Assunto:** Solicitação das entradas das torres

**De:** Marcelo Bragatti <marcelo.esportes@novamutum.mt.gov.br>

**Data:** 08/04/2019 15:54

**Para:** Antônio Erinaldo- Técnico em Segurança do Trabalho <antonio.rh@novamutum.mt.gov.br>

Prezado Senhor Antonio (Técnico em Segurança do Trabalho)

Conforme vossa solicitação, venho lhe encaminhar em anexo fotos das entradas das escadas.

Também venho informar que em apenas uma das entradas das escadas das torres estava quebrada, diante deste fato, foi realizado a devida manutenção.

Devido a interdição momentânea no campo de Futebol, em todas as entradas existe cadeados e pontos de solda para evitar a abertura.

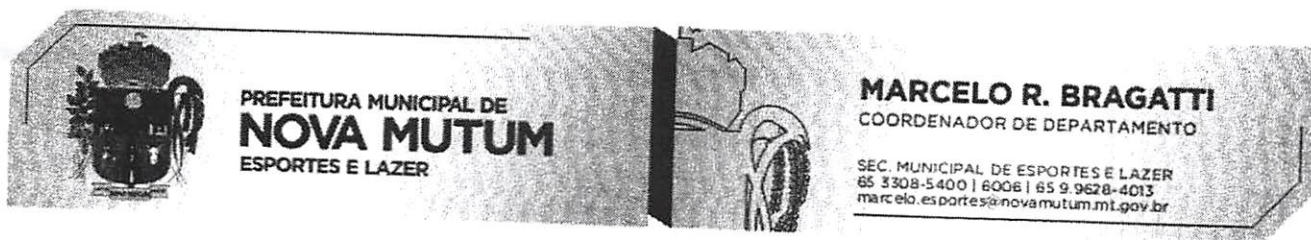
Att.

Marcelo R. Bragatti

On 08/04/2019 14:12, Antônio Erinaldo- Técnico em Segurança do Trabalho wrote:

prezado senhor,

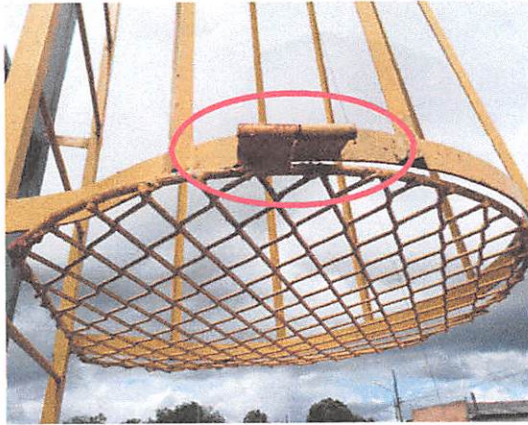
Conforme Ofício da 5ª CIBM informando sobre os riscos das torres do campo por trás da CMEBI Caminhos do Saber, favor enviar fotos e quais procedimentos serão executados.



Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

—IMG-20190408-WA0017.jpg—

000570



000571





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

Nova Mutum - MT, 22 de maio de 2019.

Processo Administrativo nº 006/2018  
**Ofício P.A. 023/2019**

*Nossa*

À Empresa

WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME.

Inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06.

Sede: Travessa Professor Joaquim Marques, nº 483 N, Lixeira, cidade de Cuiabá - MT.

Rep. Legal: Valdemar de Oliveira Pereira.

Inscrito no CPF sob o nº: 081.035.691-00 e portador do RG sob o nº: 0.026.590-0 SSP/MT.

Residente e Domiciliado: Rua G, Quadra 6, Bloco 8, Apto. 302, Residencial Paiguás, cidade de Cuiabá- MT.

## ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO.

Prezado Senhor;

A Prefeitura Municipal de Nova Mutum, neste ato representada pela Comissão de Processo Administrativo designada por intermédio da Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, publicada no dia 15 de junho de 2018 no Diário Oficial de Contas do TCE, neste ato representada por estes que subscreve, vem **NOTIFICAR** a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME, já qualificada no Contrato Administrativo nº 155/2017, acerca dos seguintes fatos:

### FATOS:

Considerando o Contrato Administrativo nº 155/2017 instrumentalizado no dia 24 de outubro de 2017, entre o Município de Nova Mutum e a Empresa Notificada, derivado do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 019/2017, cujo objeto é a “*execução de obra de iluminação no campo municipal de futebol localizado bairro colina II, com extensão de rede de média tensão - 13.8 KV - posto de transformação - torres de iluminação e SPDA, conforme planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memorial descritivo, que compõe o projeto básico*”. Sendo que o valor total da contratação perfaz um montante de R\$ 390.909,96 (trezentos e noventa mil, novecentos e nove reais e noventa e seis centavos);

Considerando, que foi dado o conhecimento sobre a instauração deste processo, bem como, a oportunidade de acompanhar o andamento das coletas de provas sobre a responsabilidade da execução da obra, por intermédio do Ofício P.A. 007/2018 (fls 292 a 296 do PAS nº 006/2018), datado em 11 de setembro de 2018, que notifica a referida Empresa. O qual a NOTIFICADA não manifestou quaisquer providências a tal fato dentro do prazo determinado, a Comissão deste Processo Administrativo, vem informar a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME, dos autos ocorridos do Processo, bem como, as penalidades que a referida Empresa poderá sofrer.

Avenida Mutum, 1250 N - Jardim das Orquídeas  
CEP: 78450-000 - Nova Mutum - Mato Grosso  
www.novamutum.mt.gov.br - Telefax: \*\* (65) 3308-5400

00572  
*[Handwritten signatures and initials]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

De acordo com o Ofício P.A 007/2018, onde se lê:

*Considerando, que foi dado a Ordem de Serviço, expedida no dia 24 de outubro de 2017. Ademais, a Empresa contratada apresentou 01 (um) pedido de prorrogação de 90 (noventa) dias do prazo de execução, solicitado na data de 15 de dezembro de 2017, e autorizado na data de 21 de dezembro de 2017. Findo o novo prazo de execução na data de 25 de março de 2018, e vigência do Contrato para 22 de maio de 2018, conforme Parecer Jurídico nº 406/2017. Tendo em vista a não conclusão da obra no prazo de vigência do primeiro Termo Aditivo, a Contratante em seu direito de aplicar as devidas providências previstas em Lei, celebra o Segundo Termo de Aditivo de vigência de contrato.*

*Deste modo, o Fiscal de Contrato nomeado pela Portaria nº 213/2017, Senhor Felipe Mistrello Volpato, efetuou a medida de Notificar a Empresa, no dia 29 de maio de 2018, o qual foi recebido pelo representante da Empresa. Nos termos da Notificação consta: A conclusão da obra findou fora do prazo de execução aditado (25/03/2018), além disso, constatou demais serviços por executar sendo determinado um prazo até 04 de junho de 2018. Sendo que não foi apresentada nenhuma justificativa sobre os apontamentos supracitados. Após o término de execução da obra, foi expedido Termo de Recebimento Provisório na data de 12 de junho de 2018. Comprovando o descumprimento de prazo contratual.*

*Conforme Cláusula Quarta, Item 4.3, onde consta "O recebimento definitivo da obra será feito após decorridos até 90 (noventa) dias do recebimento provisório, mediante Termo do Recebimento Definitivo da Obra assinada pelas partes e requerido pela CONTRATADA.", o mesmo não pode ser recebido por fatos ocorridos durante o período, fatos estes registrados e notificados pelo Ofício nº 023/2018 do Departamento de Engenharia, na data de 09 de julho de 2018, tratando-se do acidente ocorrido com a queda de uma torre de iluminação.*

Diante do exposto, esta Comissão compreende que a CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS, letra b) MULTA POR ATRASO, do Contrato Administrativo nº 155/2017, deve ser aplicada, pois até a presente data a obra está em atraso de 423, conforme os atos imputados a Empresa e verificando a previsão contratual sobre a aplicação de sanções sobre os atos de irregularidades, de acordo com a referida cláusula.

Em virtude do sinistro ocorrido "queda de torre autoportante" fatos estes registrados e notificados pelo Ofício nº 023/2018 do Departamento de Engenharia, na data de 9 de julho de 2018, dentro do prazo de vigência do Contrato, conforme Segundo Termo Aditivo celebrado em 28 de maio de 2018, onde se aditou 7 (sete) meses instaurando prazo final para o instrumento em 22/12/2018. Esta Comissão considerou necessária a contratação de 3 (três) Laudos Técnicos, para apurar os fatos ocorridos no sinistro supracitado, garantindo a imparcialidade e lisura das conclusões referentes ao ocorrido.

000573  
*[Handwritten signatures and initials]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

Foram realizadas as seguintes contratações:

- GOMES DE SOUZA E MARTINS E LIMA - LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 26.662.715/0001-01, sob responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Milton Roberto Yoshinari, com registro em CREA MT02702/D e CONFEA 120725337 - (fls. 382 a 428 PAS nº 006/2018);
- DIEGO MEDEIROS WEBER, Engenheiro Civil, CREA MT023740, portador do CPF nº007.498.841-77 - (fls. 432 a 506 PAS nº 006/2018).
- ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.620.874/0001-70, sob responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Dr. Roberto Vasconcelos Pinheiro com Registro CREA – Nacional 260346753-0 - (fls. 510 a 552 PAS nº 006/2018);

Conforme análise dos laudos apresentados pelas Empresas/Profissionais Técnicos concluiu-se que as torres apresentam rigidez insuficiente comprometendo a estabilidade global da estrutura. Sendo assim, fez se necessário o reforço estrutural em elementos da estrutura metálica existente, reforço no elemento de engaste entre estrutura metálica e bloco de coroamento “*chumbador mecânico*” e adequação estrutural no bloco de coroamento existente.

Portanto, está Comissão estabeleceu critério classificatório para determinar qual Laudo a ser adotado, considerando 3(três) fases de avaliação para atender, técnica, segurança e preço.

- **FASE 1** – Avaliação dos Critérios de Análise Estrutural;
- **FASE 2** – Avaliação das Soluções Construtivas Adotadas; e
- **FASE 3** – Avaliação Orçamentária.

O aparelhamento dos critérios e soluções apresentadas nos laudos foi percebido, contudo, justifica-se a escolha do Laudo elaborado pela empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, devido a avaliação apresentar os seguintes fatos:

1) Em relação a avaliação dos critérios apresentados na análise estrutural, constatou que os Laudos da empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e do engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, apresentaram a mesma concepção e consideração nos cálculos das solicitações de cargas, entretanto a empresa GOMES DE SOUZA E MARTINS E LIMA - LTDA – EPP, não considerou em seu roteiro de cálculo combinações e equações referentes ao efeito dinâmico conforme estabelecido na NBR 6123/2013, Item 9.3.1. Logo, este laudo foi desclassificado quanto ao critério de análise estrutural.

2) Avaliando as soluções construtivas adotadas nos laudos da empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e do Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, observou uma grande semelhança nas soluções adotadas, no entanto no que se refere a critérios de periodicidade de manutenção, comportamento dos materiais e garantia de segurança e estabilidade, temos:

000574  
*[Handwritten signatures and stamps]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

a) O laudo apresentado pelo Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, a solução de reforço do elemento de ligação entre bloco de coroamento e estrutura metálica da torre, apresenta características que ao longo da vida útil, a região de ligação entre o aço e concreto necessitará de manutenção em menores períodos devido as características físicas (coeficiente de Poisson, coeficiente de dilatação térmica), nesta circunstancia o elemento de concreto (bloco de coroamento) apresentará fissuras gerando oxidação na estrutura e redução de capacidade de resistência do engastamento.

b) O laudo elaborado pela empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, propõe uma configuração distinta ao supracitado, utilizando elemento de ancoragem do tipo "chumbador mecânico" que minimiza concentrações de tensão no engastamento dos elementos estruturais (bloco concreto e estrutura metálica), dissipando de maneira uniforme e segura as tensões.

Sendo assim, o Laudo do Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER foi desclassificado no critério de solução construtiva adotada.

3) Em virtude das considerações supracitadas, adotou-se o orçamento elaborado pela ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

Haja vista, que os laudos apresentam aparelhamento nas patologias detectadas nas torres, tais como, flexibilidade excessiva, ineficiência de chumbador mecânico e elementos com solicitações superiores a resistência dos materiais. Está Comissão entende que o objeto de contrato no que se referem as torres, NÃO atende os critérios de qualidade e segurança exigidos pela Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT. No entanto, no que diz respeito aos custos de reparos necessários para garantir a funcionalidade, segurança e estabilidade, percebeu-se variações significativas de valores. Diante disso, foram levando em consideração termos técnicos, grau de detalhamento de projetos, descrição de composições de custos, quantitativos de materiais e reparos construtivos mais exequíveis.

A Comissão entende que o Laudo da ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, apresenta maior detalhamento técnico, maior profundidade de análise da estrutura, melhor embasamento orçamentário de serviços e insumos em planilha orçamentária. A comissão define que as intervenções descritas neste Laudo é a melhor solução para garantir a estabilidade das torres e segurança de espaço público.

Considerando ainda, que o as torres autoportantes executadas apresentam risco ao cidadão mutuenses, conforme cópia do Ofício nº 095/5ªCIBM/2019, de 04 de abril de 2019, emitido pela 5ª Companhia Independente do Corpo de Bombeiros Militar (fls.568 a 571), onde se relata:

*"Informo vossa senhoria que no dia 1 de abril de 2019, esta unidade foi acionada para atender a uma ocorrência de salvamento de um jovem que havia escalado uma das torres de iluminação do campo no bairro colina, localizado atrás da escola caminhos do saber. A ocorrência foi solucionada sem maiores problemas, porém, chamou atenção o potencial para RISCO oferecido à população pelo fato de não haver qualquer restrição de acesso as escadas das torres. Neste sentido, afim de se evitar casos como o ocorrido, de crianças que*

000575  
*[Handwritten signatures and initials]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

*venham a escalar a torre por brincadeira ou mesmo minorar a vulnerabilidade a possíveis tentativas de suicídio, solicito a vossa senhoria a possibilidade de restringir o acesso as escadas, envolvendo as tores pelo alambrado que cerca o campo."* ✕

De acordo com a Cláusula Quarta – Do Recebimento dos Serviços, Item 4.4, do Contrato Administrativo nº 155/2017, onde consta: "A CONTRATADA será responsável pela reparação da obra executada, durante 5 (cinco) anos consecutivos, contados da data de Recebimento Provisório de Serviço, a partir desta data, a obra será considerada recebida definitivamente, respondendo, ainda, todavia, pela solidez e garantia da mesma, na forma do Art. 618 do Código Civil Brasileiro.", tendo isto como fundamento, a Comissão estabelece as seguintes sanções previstas em Contrato.

## SANÇÕES CORRELATAS:

Desta maneira, observando os atos imputados a Empresa e verificando a previsão contratual sobre a aplicação de sanções sobre os atos de irregularidades, conforme salienta-se na Cláusula Décima – Das Penalidades e Multas Contratuais, do Contrato Administrativo nº 155/2017.

Aplica-se:

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS**

**10.1** – Na hipótese da CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

**10.2** – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos Arts. 77 e 80 da Lei Federal n. 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o Art. 87 do mesmo diploma legal, conforme segue;

**MULTA POR ATRASO** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 30% (trinta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

**SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**10.3.** Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do contrato, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 15 (quinze) dias corridos do indicado para o início da obra na ordem de serviços.

Sendo assim, as multas e aplicadas a Empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME, com relação a valores serão:

Avenida Mutum, 1250 N - Jardim das Orquídeas  
CEP: 78450-000 - Nova Mutum - Mato Grosso  
www.novamutum.mt.gov.br - Telefax: \*\* (65) 3308-5400

000576

*[Handwritten signatures and initials]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06

• **MULTA POR ATRASO – (30%, que representa 30 dias de atraso):** R\$ 117.272,98 (cento e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos).

• **MULTA PELOS ERÁRIOS RELATIVOS AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO CONTRATANTE:**

- **CUSTO DE LAUDO ADOTADO:** R\$ 14.405,49 (quatorze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos)

- **CUSTO DE REPAROS AO OBJETO CONTRATUAL:** R\$ 285.887,36 (duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).

Totalizando um montante no valor de **R\$ 417.565,83 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos).**

Em virtude do atraso total de 423 (quatrocentos e vinte e três) dias, tendo a sanção de multa por atraso limitada a 30 (trinta) dias, com tudo a administração está sofrendo com a paralisação superior a este período, tendo em conta, tornado o campo inapropriado para prática esportiva, levando em consideração que o espaço anteriormente a execução dos serviços estava apta para utilização. Ademais, o objetivo da contratação dos serviços era possibilitar a prática esportiva no período noturno, entretanto, ocorreu o contrário ao invés de ampliar os períodos, acabou restringido totalmente a utilização do espaço. Vale ressaltar, o apontamento do Corpo de Bombeiros que destacou a vulnerabilidade do campo para possíveis ocorrências de acidentes. Neste sentido, indica-se a aplicação da penalidade de **“DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - para licitar ou contratar com a Administração Pública”**.

Portanto, fica essa Empresa **NOTIFICADA** para apresentar **DEFESA PRÉVIA** no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento desta Notificação, tendo em vista, que a avaliação da Comissão do Processo Administrativo nº 006/2018, indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas na Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 155/2017, conforme disposições contidas nas Seções I e II do Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo da rescisão do Contrato, nos termos do Art. 77 e seguintes da Seção V do Capítulo III do mesmo diploma legal.

Outrossim, CITAMOS que em circunstância da necessidade de vistoriar o local da obra para instrução da sua Defesa, fica ciente que será oportunizado tal visita ao local, desde solicitado ao Fiscal da Obra ou aos membros desta Comissão. Sendo que, ao término do prazo estabelecido, NÃO havendo manifesto quaisquer de defesa desde documento. A Prefeitura Municipal de Nova Mutum – MT, estará **DESMOBILIZANDO** o objeto contratual “torres autoportantes”, por apresentar **GRAU DE RISCO CRÍTICO** eminente de reincidência de sinistro ocorrido, ocasionando risco potencial e inviabilizando as atividades no espaço público, tais como: atividades desportivas previstas em calendário da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, futuras ampliações e adequações no Campo de Futebol e quaisquer outras atividades neste espaço.

300577  
[Handwritten signatures and stamps]




# Prefeitura Municipal de Nova Mutum


Estado de Mato Grosso  
CNPJ: 24.772.162/0001-06


Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo nº 006/2018 encontram-se à disposição para vista do interessado, na Prefeitura de Nova Mutum, sob a responsabilidade desta Comissão, no horário 07h00min (sete horas) à 11h00min (onze horas) e 13h00min (treze horas) à 17h00min (dezessete horas), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Cabe destacar, que em caso de interesse do Representante da Empresa, este poderá indicar o e-mail para o envio da cópia do processo scaneada.

Diante disso, fica V. S<sup>o</sup>, CITADA, de acordo com o Parágrafo 2º do Artigo 87 da Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1993, dos atos do Processo Administrativo acima mencionado.

  
Aliné Duarte Dutra Takagui  
Presidente

  
Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

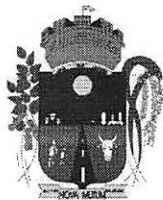
  
Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro

Ass: Valdemar de Oliveira  
Nome completo: VALDEMAR DE OLIVEIRA  
Insc CPF sob nr: 081035691-00

(Oral) 22 de maio de 2019  
Valdemar de Oliveira

000578





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## TERMO DE JUNTADA DE DOCUMENTOS

Aos 28 dias, do mês de maio de 2019, em Nova Mutum – Estado de Mato Grosso, na Avenida Mutum, nº 1.250 N, Bairro Jardim das Orquídeas, CEP: 78.450-000, na sede da Prefeitura Municipal, onde funciona a Comissão de Processo Administrativo nº 006/2018, juntei a este auto entregue pelo Sr. Claudio Prado Machado representante da Empresa WN Construções LTDA - ME o documento abaixo especificado:

- Defesa Prévia emitida em 27 de maio de 2019, referente ao Ofício nº P.A. 023/2019 que Notificação a mesma.

As quais passam a constituir o presente Processo Administrativo nº 006/2018, cujas folhas serão devidamente numeradas e rubricadas, que corresponde a este termo.

  
**Aline Duarte Dutra Takagui**

Presidente da Comissão de P.A nº 006/2018

00579



**WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME**  
CNPJ: 19.699.306/0001-06

**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO  
PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA  
MUTUM/MT.**

*Recebido  
28-5-15*

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 155/2017**

A empresa **WN Construções Ltda-ME**, inscrita no CNPJ Nº. 19.699.306/0001-06, sediada na Travessa Professor Joaquim Marques, 63 – Bairro Lixeira, CEP 78008-535 - Cuiabá, vem respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, por intermédio de seu representante adiante assinado, com fulcro no art. 109, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apresentar **DEFESA PRÉVIA** acerca da **NOTIFICAÇÃO do Ofício nº. P.A. 023/019.**

**DO BREVE RESUMO**

Em apertada síntese, esta Comissão encaminhou Notificação para a ora Manifestante em razão de supostamente haver **IRREGULARIDADES** na execução da obra do contrato supra.

*000580*



Diante disso, notificada foi esta Empresa para apresentar **DEFESA PRÉVIA** a respeito deste apontamento no prazo de 05 (Cinco dias) horas, contados da data do recebimento da aludida notificação.

### **DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Prefacialmente convém contextualizar os fatos em apuração, objetivando melhor compreensão quando da análise e julgamento deste procedimento.

A Empresa Manifestante, conforme já assinalado, possui contrato com essa Prefeitura, cujo objeto é a execução de obra de iluminação no campo municipal de futebol localizado, bairro: colina II, com extensão de rede de média tensão – 13,8KV o Posto de transformação – torres de iluminação e SPDA.

Pois bem. A notificação em testilha aponta que a referida obra possui sinistro como a “**queda de torre autoportante**”.

Reforçamos que tanto o projeto, quanto a mão de obra, e a fabricação de todo o serviço objeto do referido contrato foram executados pela empresa **E M FABRICAÇÃO EM MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA**, através contrato de subempreitada com a manifestante.



Outro ponto relevante, é que todos os projetos solicitados foram aprovados pela equipe de engenharia desta Prefeitura.

Ressaltamos ainda, que a obra foi devidamente fiscalizada pela equipe de engenharia, juntamente com os responsáveis técnicos da empresa manifestante e da E M.

Demais disso, registre-se que a obra já teve sua entrega provisória, ou seja, faltam apenas alguns ajustes para a sua conclusão definitiva, o que, por si só, não justifica a aplicação de penalidade, pois, conforme assinalado acima, a culpa é, no mínimo, concorrente. (12)

Portanto, não há como imputar à empresa WN Construções Ltda. Culpa exclusiva por eventual atraso na conclusão da obra, pois, segundo já salientado nesta defesa, a PREFEITURA também participou ativamente para que a obra não viesse a ser entregue dentro do prazo contratual, o que justifica, assim, a sua prorrogação para a perfeita entrega do objeto contratual.

Vigora em nosso País, mais precisamente no artigo 927 do Código Civil<sup>1</sup>, a chamada responsabilidade civil, a qual possui os seguintes pressupostos: a) ação ou omissão do agente

---

<sup>1</sup> Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

---

(conduta); b) dano; c) nexo de causalidade.

A conceituação de conduta, nos dizeres da Professora Maria Helena Diniz:

*"A ação, elemento constitutivo da responsabilidade, vem a ser o ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado<sup>2</sup>". (destaque e grifo nosso)*

Por sua vez, "o dano pode ser definido como a lesão (diminuição ou destruição) que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra a sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral<sup>3</sup>".

O renomado jurista Rui Stoco define o dano nos seguintes termos:

**"O dano é, pois, elemento essencial e**

---

<sup>2</sup> DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro – Responsabilidade Civil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2005. VII, p. 43.

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR  
SUBJECT: [Illegible]

100- [Illegible]  
[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

[Illegible]

6860.7



---

**indispensável à responsabilização do agente**, seja essa obrigação originada de ato ilícito ou de inadimplemento contratual, independente, ainda, de se tratar de responsabilidade objetiva ou subjetiva".  
(destaque e grifo nosso)

Já o nexo de causalidade é a relação de causa e efeito entre a conduta praticada e o resultado.

Assim, para que se possa caracterizar a responsabilidade civil do agente, não basta que o mesmo tenha praticado uma conduta ilícita, e nem mesma que a vítima tenha sofrido o dano; é imprescindível que o dano tenha sido causado pela conduta ilícita do agente e que exista entre ambos uma necessária relação de causa e efeito.

Tem-se, ainda, a chamada culpa concorrente. Em se verificando que ambas as partes – vítima e agente – agiram de maneira culposa, colaborando para a ocorrência do fato danoso, mister se faz que cada um assuma seu grau de responsabilidade na questão, dividindo-se a responsabilidade pela reparação dos danos.

Feita essa breve explanação sobre os pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil e, aplicando ao caso em epígrafe, observa-se que a ora Defendente não pode ser



responsável exclusiva por eventual atraso na execução do contrato em testilha.

Desse modo, resta patente a ausência dos pressupostos caracterizadores da responsabilidade civil em desfavor da empresa WN CONSTRUÇÕES Ltda., não podendo, assim, sofrer penalidades em decorrência desse fato.

De um lado, a empresa manifestante tem ciência acerca da garantia de execução da obra, e devido a este fato, e pela empresa já ser conceituada no mercado pelas suas boas referências por concluir e entregar obras públicas, já que a mesma possui contratos com outros órgãos da administração pública e sempre honrou com serviços ora contratados, a mesma através de sua equipe de engenharia ira realizar visita "*in loco*" a fim de averiguar e solucionar as irregularidades apontadas por esta Comissão.

Por outro lado, em assim não se entendendo, que seja aplicada a penalidade mais branda (advertência), já que, conforme exposto acima, o eventual atraso na execução da obra não é de autoria exclusiva desta Empresa, mas também da PREFEITURA, não se justificando aplicar penalidade de multa por atraso, suspensão temporária do direito de licitar e muito menos a declaração de inidoneidade, ante a flagrante infringência aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.




**WN CONSTRUÇÕES LTDA – ME**  
CNPJ: 19.699.306/0001-06

---

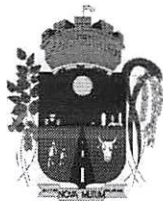
Diante de todo o exposto, requer o **CONHECIMENTO e DEFERIMENTO** da presente defesa para, acolhendo as fundamentações aqui esposadas, **não aplicar qualquer penalidade à empresa WN CONSTRUÇÕES LTDA-ME., já que eventual atraso não se deu por culpa exclusiva dela, até mesmo porque a obra já se encontra concluída faltando apenas a entrega definitiva.**

Cuiabá, 27 de maio de 2019.

Nesses Termos,  
Pede deferimento.

  
**WN CONTRUÇÕES LTDA – ME**  
**CNPJ: 19.699.306/0001-06**





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## ATA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO (INDICIAÇÃO)

Aos 30 dias do mês de maio do ano de 2019, às 15hs, na sala de reuniões da Prefeitura de Nova Mutum, reuniram-se os Servidores: Aline Duarte Dutra Takagui, Adailton R. de Oliveira Aires e Dariani Oliveira da Rosa, respectivamente Presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo designada pela Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, do Chefe do Poder Executivo, publicada no dia 15 de junho de 2018 no veículo Diário Oficial do TCE, do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Adriano Xavier Pivetta e Portaria Municipal nº 059, de 6 de maio de 2019, alterando a composição da Comissão, que apura os fatos como finalidade a atividade para *apuração de possíveis irregularidades referente ao vínculo mediante Contrato Administrativo nº 155/2017 oriundo do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 019/2017*, conforme Processo Administrativo nº 006/2018.

Iniciados os trabalhos, foram deliberadas as seguintes providências:

- a) encerrar a instrução processual;
- b) promover a elaboração do Relatório Final.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Presidente e pelos demais membros da Comissão Processante.

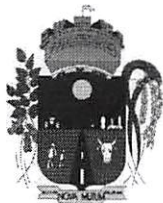
Nova Mutum - MT, 30 de maio de 2019.

Aline Duarte Dutra Takagui  
Presidente

DARIANI OLIVEIRA DA ROSA  
Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro

0587



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## RELATÓRIO FINAL

Nova Mutum – MT, 30 de maio de 2019.

Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018

**Memorando P.A. 024/2018**

Ao: Prefeito de Nova Mutum

Srº. Adriano Xavier Pivetta

Ilustríssimo Senhor;

A Comissão de Processo Administrativo Sancionador instaurada pela Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, a qual foi publicada no dia 15 de junho de 2018, no veículo Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, edição nº 1.379, página 168, para apurar os fatos relacionados no Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, cujo objeto é a “*apuração de possíveis irregularidades referente ao vínculo mediante Contrato Administrativo nº 155/2017 oriundo do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 019/2017*”. Juntados os documentos decorrentes dos trabalhos de apuração desta Comissão para elucidação dos fatos relativos a este procedimento administrativo, bem como a Defesa Prévia da empresa contratada.

Portanto, a Comissão apresenta o respectivo Relatório.

### 1 – DA INSTAURAÇÃO

Vieram os fatos ao conhecimento de V. Senhoria através de Comunicado Interno nº 055/2018 da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, solicitando providências, tendo em vista que a empresa WN Construções LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06, não estaria cumprindo as cláusulas editalícias e contratuais na sua totalidade, pelo que houve por bem Vossa Senhoria baixar as Portarias nº 082/2018 e nº 059/2019 designando Comissão para apurar eventuais irregularidades.

### 2 – DA INSTRUÇÃO

Do que foi possível a esta Comissão apurar, verifica-se:

1 - Que a contratação foi realizada após regular Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 019/2017;

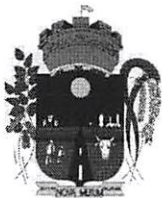
2 - Que houve o descumprimento das seguintes cláusulas:

2.1 – Cláusula Décima Quarta do Edital da Tomada de Preços nº 019/2017, que determina as obrigações da Contratada:

*14.1.1 – Entregar os serviços cotados, em estrita observância ao Edital e sua proposta, atendido os critérios de quantidades previstas no edital e anexos.*

Handwritten signature and date 05/08/2019.





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

*14.1.2 – Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização dos serviços.*

*14.1.3 – Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste Edital.*

*(...)*

*14.1.6 – Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação federal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos em horários extraordinário, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.*

*14.1.7 – Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.*

*(...)*

*14.1.9 – Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.*

2.2 – Cláusula Vigésima Terceira do Edital da Tomada de Preços nº 019/2017, que expressa sobre o recebimento do objeto:

*23.1 – A Contratada ficará obrigada a executar, às suas expensas, os serviços que forem recusados ou que estiverem em desacordo com o disposto no edital e seus anexos.*

2.3 – Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 155/2017, o qual estabelece o objeto:

*(...)*

*2.2. A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as prescrições e critérios técnico vigente.*

*2.2.1 Observar e cumprir às normas, recomendações, e a orientações da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.*

*(...)*

*2.2.3 Observar e cumprir rigorosamente todas as especificações do projeto e memorial descritivo que integram o edital da TOMADA DE PREÇOS nº 019/2017.*

*(...)*

2.3 – Cláusula Sexta do Contrato Administrativo nº 155/2017, o qual descreve sobre prazo:

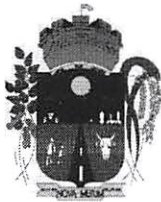
*6.1. O prazo de vigência do contrato será até 22/01/2018 prorrogado se necessário mediante Termo de Aditamento.*

*6.2. O período de execução dos serviços objeto da cláusula segunda do presente instrumento é de **60 (sessenta) dias** a partir do recebimento da Ordem de Serviços, prorrogado se necessário mediante Termo de Aditamento.*

*6.3. O Prazo para início da execução dos serviços será de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da ordem de serviço.*

*[Handwritten signature and stamp]*





**Prefeitura Municipal de Nova Mutum**  
**Estado de Mato Grosso**  
CNPJ 24.772.162/0001-06

2.3.1 – Cabe salientar que foram formalizados Termos de Aditamentos sobre o Contrato Administrativo nº 155/2018, onde indicam prorrogações de prazo de execução:

**a) Primeiro Termo:**

*2.1. Este Termo Aditivo tem por objetivo: Alterar a **CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.***

*I - Alterar a “cláusula sexta nos itens 6.1 e 6.2” “DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO”;*

*6.1. – Adita-se ao Contrato inicial o prazo de vigência em **150 (cento e cinquenta) dias**, portanto o prazo final para instrumento será dia **22/05/2018**.*

*6.2. - Adita-se ao Contrato inicial o prazo de execução em **90 (noventa dias)**, portanto o prazo final para o instrumento será dia **22/03/2018**.*

**b) Segundo Termo:**

*2.1. Este Termo de Aditamento tem por objetivo: Alterar a **CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.***

*I - Alterar a “cláusula sexta nos itens 6.1” “DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO”;*

*6.1. – Adita-se ao Contrato inicial o prazo de vigência em **07 (sete) meses**, portanto o prazo final para o instrumento será dia **22/12/2018**.*

2.4 – Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 155/2017, que ratifica as obrigações da contratada:

*7.1.1 Entregar os serviços, em estrita observância ao Edital e sua proposta.*

*7.1.2 Assumir inteira responsabilidade por todas as despesas diretas, indiretas e civis com a realização da Obra.*

*7.1.3 Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da entrega do objeto deste contrato.*

*(...)*

*7.1.8 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação federal, social, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar à terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.*

*7.1.9 Comunicar à Prefeitura Municipal, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos por motivo superveniente, que impeçam, mesmo temporariamente, a Contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente.*

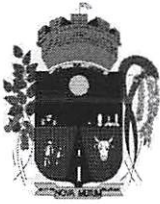
*(...)*

*7.1.11 Garantir durante a execução a proteção e a conservação dos serviços executados, até o seu recebimento definitivo.*

*(...)*

*7.1.13 A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços*

*[Handwritten signature and stamp]*  
78.450-000



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

*que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução da obra.*

## 3 – DAS PENALIDADES PASSÍVEIS

3.1 – Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 155/2017, nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.8 e 7.1.13 retrocitadas que estabelece a responsabilidade por custos de reparos e despesas indiretas.

3.2 – Cláusula Décima do Contrato Administrativo nº 155/2017, o qual dispõem “das penalidades e multas contratuais”:

10.1 – Na hipóteseda**CONTRATADA** descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da **CONTRATANTE**, às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal n. 8.666/93.

10.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos Arts. 77 e 80 da Lei Federal n. 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o Art. 87 do mesmo diploma legal, conforme segue;

a) **ADVERTÊNCIA** – sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;

b) **MULTA POR ATRASO** – a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação, até o máximo de 30% (trinta por cento) pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal, podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, recolhido no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após comunicação formal. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido o valor da multa será cobrado judicialmente;

c) **SUSPENSÃO** – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** - para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. (...).

10.4. A sanção prevista na alínea “c”, do subitem 10.2, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

10.5. (...).

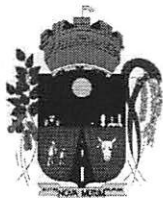
## 4 – DA DEFESA PRÉVIA

O Ofício P.A. 023/2019, conforme as (fls. 572 a 578) do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, demonstra a CITAÇÃO à Empresa Acusada efetuada no dia 22 de maio de 2019, para que a mesma apresente a Defesa Prévia, dessa forma, ofertando a oportunidade e garantia da ampla defesa e contraditório, tendo por mérito o prazo de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com que determina o § 2º do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Isto posto, como acostada nos autos, no dia 28 de maio de 2019, foi protocolado junto a esta Comissão a Defesa Prévia (fls. 580 a 586), acerca da notificação supracitada. À

*[Handwritten signatures and stamps in blue ink]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

vista disso, a Empresa Ré apresentou a peça de defesa tempestivamente. Logo, configura-se o direito de analisar os pontos convergentes manifestado pela Demandada.

A Defesa Prévia da Demandada cita no seu item DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS, no 6º (sexto) e 7º (sétimo) parágrafo, que:

*“Reforçamos que tanto o projeto, quanto a mão de obra, e a fabricação de todo o serviço objeto do referido contrato foram executados pela empresa **E M FABRICAÇÃO EM MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS LTDA**, através de contrato de subempreitada com a manifestante.”*

*“Outro ponto relevante, e que todos os projetos solicitados foram aprovados pela equipe de engenharia desta Prefeitura.”*

Entretanto, a justificativa apresentada pela Empresa não traz nenhum valor de arazoamento, pois, a subcontratação de serviços públicos não isenta ou transfere as responsabilidades cabíveis a CONTRATADA, ou seja, quaisquer ocorrências/acidentes são de responsabilidade da mesma até o fim do Contrato. Vale destacar, que o ato de subcontratar tão pouco foi autorizada pela Administração. Neste sentido, fica evidenciada a ofensa ao item 11.6 da Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 155/2017, assim como, o Inciso VI do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

Outro fato citado na Defesa que se refere a aprovação dos Projetos pela Equipe de Engenharia, e infundado, visto que a elaboração do projeto executivo e responsabilidade técnica foi incumbida a CONTRATADA, ficando a cargo da fiscalização acompanhar a execução conforme Projeto apresentado. Tendo em conta, que foi reforçado em conclusão de laudos técnicos de vistorias apresentados que a estabilidade global das estruturas não atende os critérios mínimos de segurança e usabilidade. Ademais, a Administração em nenhuma circunstância omitiu-se em fiscalizar a execução da obra, cumprindo com o dever de vigilância que está prevista no item 7.2.2 da Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 155/2017.

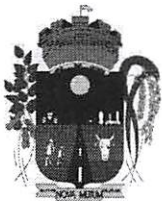
Mas, adiante, a Empresa Contratada trouxe dentro da Defesa Prévia no 9º (nono) e 10º(décimo) parágrafo, os seus esclarecimentos referentes à entrega, conclusão e justificativa para atenuação da aplicação das penalidades:

*“Demais disso, registre-se que a obra já teve sua entrega provisória, ou seja, faltam apenas alguns ajustes para sua conclusão definitiva, o que, por si só, não justifica a aplicação de penalidades, pois, conforme assinalado acima, a culpa é, no mínimo, concorrente.”*

*“Portanto, não há como imputar à empresa WN Construções Ltda. Culpa exclusiva por eventual atraso na conclusão da obra, pois, segundo já salientado nesta defesa, a PREFEITURA também participou ativamente para que a obra não viesse a ser entregue dentro do prazo contratual, o que justifica, assim, a sua prorrogação para a perfeita entrega do objeto contratual.”*

*[Handwritten signature and date 13/05/2017]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

A Comissão compreende que após a entrega provisória de serviços a contratada fica sujeita a prestar qualquer assistência no prazo de 90(noveenta) dias, sendo neste período, não ocorrendo nenhuma solicitação ou apontamento da fiscalização é emitida a entrega definitiva. Entretanto, os autos ocorridos e descritos em notificação são de alta relevância no escopo do objeto do contrato, com isso a justificativa que há alguns ajustes para findar o contrato não fundamenta a defesa.

Com relação ao apontamento, relatado na Defesa na qual, a CONTRATADA, diz que há culpa concorrente da CONTRATANTE, os fatos e autos não embasam esta justificativa, visto que a CONTRATANTE realizou e cumpriu seus compromissos firmados em contrato, como podemos observar nos autos do processo:

- Regularidade nos pagamentos das medições apresentadas pela Empresa;
- Atual e pronta a fiscalização dos Fiscais do Contrato;
- Notificações para apontar e solicitar reparação da obra;
- Concessão de prorrogação de prazo de execução da obra;
- Reuniões com os Representantes da empresa para apurar e entender os obstáculos para conclusão da obra, em conformidade, desta forma, oportunizando o diálogo entre as partes para resolução da adversidade.

Posto isto, a CONTRATANTE, não tem qualquer responsabilidade pela má conduta da empresa na execução da obra, visto que, a Administração cumpriu com todas as obrigações cabíveis a ela, bem como, possibilitou extensão de prazo de execução da obra, tendo então aplicado os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Em seguida, nos parágrafos 11º (décimo primeiro), 12º (décimo segundo), 13º (décimo terceiro), 14º (décimo quarto), 15º (décimo quinto), 16º (décimo sexto), 17º (décimo sétimo), 18º (décimo oitavo) e 19º (décimo nono) argumenta em teor da responsabilidade civil ausência dos elementos para sua caracterização, pois bem, façamos a seguinte análise:

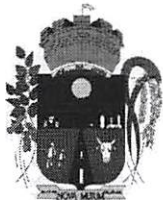
- **Conduta**: a Empresa foi contratada por esta Administração, tornando-se responsável pela execução da obra, logo, considera-se como o agente causador do dano praticado.
- **Dano**: a obra está interditada, pois, uma das torres caiu e o Corpo de Bombeiros notificou o Município para imediata correção da obra, por considerar de alto risco a comunidade circunvizinha. Aliás, o campo de futebol anterior a obra estava apto a sua utilização, contudo, com a dita obra acarretou na inviabilização da sua utilização por completo. Diante disto, o Município terá que reconstruir e reparar a obra.
- **Nexo causalidade**: A obra foi executada/contratada/responsável pela Empresa Ré e o dano comprovado tem por motivador a imperfeição da obra, bem como, os atrasos na sua entrega acabada.

Em vista disso, fica evidente que a responsabilidade está perfeitamente identificada e exclusivamente atrelada aos atos da Empresa Acusada.

Avenida Mutum, 1250 N – Centro – CEP: 78.450-000 - Nova Mutum – Mato Grosso

[www.novamutum.mt.gov.br](http://www.novamutum.mt.gov.br) – Telefax: \*\* 65 3308 5400

Handwritten signature and stamp in the bottom right corner. The stamp includes the number 3593 and a date 17/02.



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

Por derradeiro, no 20º (vigésimo) parágrafo, a Empresa manifesta ciência sobre a garantia de execução da obra, em que cita:

*De um lado, a Empresa manifestante tem ciência a cerca da garantia de execução da obra, e devido a este fato, e pela Empresa já ser conceituada no mercado, pela suas boas referencias por concluir e entregar obras públicas, já que a mesma possui contratos com outros órgãos da administração pública e sempre honrou com serviços ora contratados, a mesma através de sua equipe de engenharia irá realizar visita "in loco" a fim de averiguar e solucionar as irregularidades apontadas por esta Comissão.*

Esta Comissão compreende que a manifestação de ciência das responsabilidades sobre a execução da obra e a citação de que será realizada uma visita "in loco" pela Equipe de Engenharia da CONTRATADA, não diminui as penalidades sugeridas, visto que não há nenhum agendamento de data descrito na Defesa.

Aliás, quando da CITAÇÃO (fls. 572 a 578) foi indicado a possibilidade de a empresa realizar a vistoria, desde que faça o agendamento para visita ao local, sendo que, foi equiparado o prazo para visita à apresentação da defesa. Uma vez que, a estrutura de torres autoportantes apresenta GRAU DE RISCO CRÍTICO, como eminência de outra queda, ademais, restringe todo local para qualquer prática esportiva ou outra utilização necessária.

Desta maneira, verifica-se nenhuma justificativa plausível que possa ser mérito de defesa da Empresa Ré para analisar e contrapor aos fatos acostados nos autos do processo administrativo.

## **5 – DO ENTENDIMENTO**

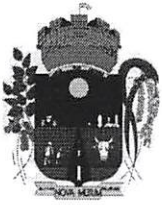
Considerando o objeto do Contrato Administrativo nº 155/2017 que apresenta a responsabilidade da Empresa Contratada objeto: "EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO NO CAMPO MUNICIPAL DE FUTEBOL LOCALIZADO BAIRRO COLINA II, COM EXTENSÃO DE REDE DE MÉDIA TENSÃO - 13,8 KV - POSTO DE TRANSFORMAÇÃO - TORRES DE ILUMINAÇÃO E SPDA, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, MEMORIAL DESCRITIVO, QUE COMPÕE O PROJETO BÁSICO". Em análise, observou o descumprimento das cláusulas descritas no Contrato, que acarreta em penalidades contratuais. As irregularidades demonstram-se, gravemente, no cumprimento dos prazos e qualidade da obra.

O Contrato Administrativo nº 155/2017 prevê prazo de 60 (sessenta) dias para execução dos serviços o qual não foi cumprido. Sendo assim, foram celebrados termos de aditamentos de prazo como segue:

- O Primeiro Termo de Aditamento de Prazo, solicitado pela Empresa Contratada, assinado no dia 22 de dezembro de 2017, o qual estendeu em 90 (noventa) dias o prazo de execução e 150 (cento e cinquenta) dias o prazo de vigência, sendo então determinado como novos prazos o dia 22 de março de

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the number 2004.]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

2018 para execução e 22 de maio de 2018 para vigência contratual. Entretanto, não foram cumpridos.

- Em relação ao Segundo Termo de Aditamento de prazo, pedido pelo Departamento de Engenharia, autorizado em 28 de maio de 2018, o qual prorrogou-se somente o prazo de vigência em 07 (sete) meses, passando para o dia 22 de dezembro de 2018. Tendo esta alteração o objetivo de manter vigente o contrato mesmo que o prazo de execução tenha sido expirado, no entanto, vislumbrou a necessidade de avaliar as irregularidades e oportunizar a Empresa a correção da obra.

Neste sentido, conforme apontado na Notificação realizada em face da Empresa, observa-se que a obra se encontra em atraso de 423 (quatrocentos e vinte e três) dias. O Fiscal da Obra emitiu o Termo de Recebimento Provisório no dia 12 de junho de 2018, contudo, ocorreu o sinistro da obra (queda de uma das torres). E que imediatamente foi notificada (fls. 261 a 267) a empresa sobre a circunstância e solicitado a correção. E neste sentido, foi realizada reunião (fls. 268 e 269) entre os Representantes do Município e da Empresa para apressada correções da estrutura. Entretanto, as reparações não foram executadas na medida do aceitável.

Por consequência da insegurança da obra, esta Comissão determinou a busca e contratação de profissionais gabaritados para emitirem Laudos Técnicos para avaliação dos fatos ocorridos no sinistro retro citado. E dentre as buscas realizadas pelo Departamento de Compras, foram contratados 3 (três) profissionais, que apresentaram os Laudos Técnicos.

Foram realizadas as seguintes contratações:

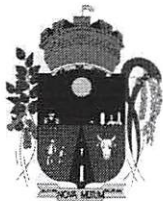
- GOMES DE SOUZA E MARTINS E LIMA - LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 26.662.715/0001-01, sob responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Milton Roberto Yoshinari, com registro em CREA MT02702/D e CONFEA 120725337 - (fls. 382 a 428 PAS nº 006/2018);
- DIEGO MEDEIROS WEBER, Engenheiro Civil, CREA MT023740, portador do CPF nº 007.498.841-77 - (fls. 432 a 506 PAS nº 006/2018).
- ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, inscrita no CNPJ nº 19.620.874/0001-70, sob responsabilidade técnica do Engenheiro Civil Dr. Roberto Vasconcelos Pinheiro com Registro CREA – Nacional 260346753-0 - (fls. 510 a 552 PAS nº 006/2018);

Conforme análise dos laudos apresentados pelas Empresas/Profissionais Técnicos concluiu-se que as torres apresentam rigidez insuficiente comprometendo a estabilidade global da estrutura. Sendo assim, fez-se necessário o reforço estrutural em elementos da estrutura metálica existente, reforço no elemento de engaste entre estrutura metálica e bloco de coroamento “*chumbador mecânico*” e adequação estrutural no bloco de coroamento existente.

*[Handwritten signatures and stamps]*  
2595  
202







# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

Portanto, está Comissão estabeleceu critério classificatório para determinar qual Laudo a ser adotado, considerando 3(três) fases de avaliação para atender, técnica, segurança e preço.

- FASE 1 – Avaliação dos Critérios de Análise Estrutural;
- FASE 2 – Avaliação das Soluções Construtivas Adotadas; e
- FASE 3 – Avaliação Orçamentária.

O aparelhamento dos critérios e soluções apresentadas nos laudos foi percebido, contudo, justifica-se a escolha do Laudo elaborado pela empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, devido a avaliação apresentar os seguintes fatos:

4) Em relação a avaliação dos critérios apresentados na análise estrutural, constatou que os Laudos da empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e do engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, apresentaram a mesma concepção e consideração nos cálculos das solicitações de cargas, entretanto a empresa GOMES DE SOUZA E MARTINS E LIMA - LTDA – EPP, não considerou em seu roteiro de cálculo combinações e equações referentes ao efeito dinâmico conforme estabelecido na NBR 6123/2013, Item 9.3.1. Logo, este laudo foi desclassificado quanto ao critério de análise estrutural.

5) Avaliando as soluções construtivas adotadas nos laudos da empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e do Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, observou uma grande semelhança nas soluções adotadas, no entanto no que se refere a critérios de periodicidade de manutenção, comportamento dos materiais e garantia de segurança e estabilidade, temos:

c) O laudo apresentado pelo Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER, a solução de reforço do elemento de ligação entre bloco de coroamento e estrutura metálica da torre, apresenta características que ao longo da vida útil, a região de ligação entre o aço e concreto necessitará de manutenção em menores períodos devido as características físicas (coeficiente de Poisson, coeficiente de dilatação térmica), nesta circunstância o elemento de concreto (bloco de coroamento) apresentará fissuras gerando oxidação na estrutura e redução de capacidade de resistência do engastamento.

d) O laudo elaborado pela empresa ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, propõe uma configuração distinta ao supracitado, utilizando elemento de ancoragem do tipo “chumbador mecânico” que minimiza concentrações de tensão no engastamento dos elementos estruturais (bloco concreto e estrutura metálica), dissipando de maneira uniforme e segura as tensões.

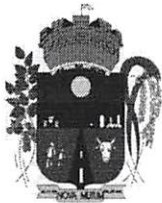
Sendo assim, o Laudo do Engenheiro Civil DIEGO MEDEIROS WEBER foi desclassificado no critério de solução construtiva adotada.

6) Em virtude das considerações supracitadas, adotou-se o orçamento elaborado pela ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA.

Haja vista, que os laudos apresentam aparelhamento nas patologias detectadas nas torres, tais como, flexibilidade excessiva, ineficiência de chumbador mecânico e elementos com solicitações superiores a resistência dos materiais. Está Comissão entende que o objeto de contrato no que se referem as torres, NÃO atende os critérios de qualidade e segurança

30506  
Handwritten signature and stamp.





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

exigidos pela Prefeitura Municipal de Nova Mutum - MT. No entanto, no que diz respeito aos custos de reparos necessários para garantir a funcionalidade, segurança e estabilidade, percebeu-se variações significativas de valores. Diante disso, foram levando em consideração termos técnicos, grau de detalhamento de projetos, descrição de composições de custos, quantitativos de materiais e reparos construtivos mais exequíveis.

A Comissão entende que o Laudo da ROMFIM ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA, apresenta maior detalhamento técnico, maior profundidade de análise da estrutura, melhor embasamento orçamentário de serviços e insumos em planilha orçamentária. A Comissão define que as intervenções descritas neste Laudo é a melhor solução para garantir a estabilidade das torres e segurança de espaço público.

Considerando ainda, que o as torres autoportantes executadas apresentam risco ao cidadão mutuenses, conforme cópia do Ofício nº 095/5ªCIBM/2019, de 04 de abril de 2019, emitido pela 5ª Companhia Independente do Corpo de Bombeiros Militar (fls.568 a 571), onde se relata:

*“Informo vossa senhoria que no dia 1 de abril de 2019, esta unidade foi acionada para atender a uma ocorrência de salvamento de um jovem que havia escalado uma das torres de iluminação do campo no bairro colina, localizado atrás da escola caminhos do saber. A ocorrência foi solucionada sem maiores problemas, porém, chamou atenção o potencial para RISCO oferecido à população pelo fato de não haver qualquer restrição de acesso as escadas das torres. Neste sentido, afim de se evitar casos como o ocorrido, de crianças que venham a escalar a torre por brincadeira ou mesmo minorar a vulnerabilidade a possíveis tentativas de suicídio, solicito a vossa senhoria a possibilidade de restringir o acesso as escadas, envolvendo as tores pelo alambrado que cerca o campo.”*

Considerando, os pontos de ultraje para com as obrigações interposta a Empresa Contratada configuram-se algumas transgressões ao Contrato Administrativo nº 155/2017, consoante: Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 155/2017, que rege:

4.3 – (...).

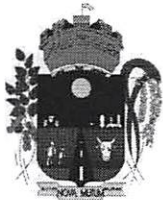
4.4 - A CONTRATADA será responsável pela reparação da obra executada, durante 05 (cinco) anos consecutivos, contados da data do recebimento provisórios dos serviços, a partir desta data, a obra será considerada recebida definitivamente, respondendo, ainda, todavia, pela solidez e garantia da mesma, na forma do artigo 168 do Código Civil Brasileiro.

Por derradeiro, os critérios estabelecidos pelo Edital do Processo Licitatório e Contrato Administrativo, juntamente, com o acidente supracitado na notificação e agravação dos atos de omissão por parte da Empresa, demonstram efetiva prejudicialidade aos cidadãos Mutuense.

Nada obstante, o atraso na entrega da obra perfeita e acabada está a mais de 1 (ano) estagnada, levando em consideração que a multa por atraso é limitada a 30 % (trinta por cento) do contrato e que representa tão somente 30 (trinta) dias de atraso, desta maneira, fica em lacuna os 393 (trezentos e noventa e três) dias de atraso, com tudo a população Mutuense

*[Handwritten signature and date 2019]*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

experimente árdua paralisação do espaço de lazer e interação, pois, o campo tornou-se inapropriado para pratica esportiva. Vale salientar, que o Corpo de Bombeiros apontou a vulnerabilidade do campo para possíveis ocorrências de acidentes. Portanto, diante desses prejuízos sociais e ambientais, indica-se a aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE – para licitar ou contratar com a Administração Pública.

De modo que, a Empresa Contratada terá a responsabilidade pela qualidade dos serviços ofertados com incumbência de responder pelos danos causados a Administração Pública.

Deste modo, os motivos demonstrados acima por esta Entidade Municipal direcionam a aplicação de punições, conforme o Edital do Processo Licitatório e Contrato Administrativo firmado entre as partes.

## 4 - CONCLUSÕES

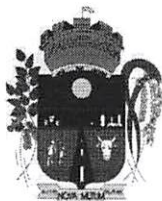
Definida a situação da Empresa, concluímos:

**A** – Que a Empresa Indiciada descumpriu os itens 2.2, 2.2.1, 2.2.3, 6.2, 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.11 e 7.1.13, respectivamente, das Cláusulas Segunda, Sexta e Sétima do Contrato Administrativo nº 155/2017, conforme verificado por esta Comissão, bem como pelo Fiscal de Contrato, que a mesma *não executou os serviços de acordo com as condições preestabelecidas no Cronograma Físico Financeiro, Edital e Contrato Administrativo e não respeitou o prazo para execução dos trabalhos preordenados.*

**B** - Que a Empresa Ré descumpriu os itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.9 e 23.1, respectivamente, das Cláusulas Décima Quarta e Vigésima Terceira do Edital da Tomada de Preços nº 019/2017, conforme verificado por esta Comissão, bem como pelo Fiscal de Contrato, que a mesma *não executou o Contrato em estrita observância as suas cláusulas, ao Edital e sua proposta, desta feita exibindo deficiências e descumprimento na execução dos serviços e no incumprimento das legislações. Além do que, acarretando ameaças ao cidadão Mutuense pelo fato de haver ALTO RISCO de ocorrência de sinistro. Destarte, ao objetivo que prega no objeto do contrato, já que, a execução dos serviços visa atender as normas de segurança, normas construtivas e garantia de vida útil, logo, configura-se desvio do resultado conjecturado ao Contrato Administrativo nº 155/2017.*

Deste modo, esta Comissão **SUGERE** a aplicação das seguintes penalidades e algumas condutas de prevenção:

**C.1.** Na Cláusula Décima, no item 10.2 alínea “b”, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a **“MULTA POR ATRASO”**. Destarte, a situação implica-se ao fato de a Empresa Ré ter ultrapassado o prazo de execução em **423(quatrocentos e vinte e três) dias.** Desta maneira, concebendo-se os dias de atraso, limitado a 30% (trinta por cento) do contrato, configura-se multa de **R\$ 117.272,98 (cento e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos).**



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06


C.2. Na Cláusula Sétima, nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.8 e 7.1.13, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a responsabilidade por custos de reparos e despesas indiretas. Logo, levando em consideração os prejuízos causados a Administração Pública, visa-se o **REEMBOLSO** no valor de **R\$ 14.405,49 (quatorze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos)**, referente ao custo da contratação para elaboração de Laudo Técnico. E, também, aplica-se a **MULTA COMPENSATÓRIA** no valor de **R\$ 285.887,36 (duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)** em virtude do custo para reparo da obra mal-acabada.


C.3. Na Cláusula Décima, no item 10.2 alínea “d”, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a “**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**– para licitar ou contratar com a Administração Pública”. Por conseguinte, a sanção é suscitada em face da característica da irregularidade em que acarretou alto risco de acidente aos cidadãos Mutuense, tendo em conta o apontamento do Corpo do Bombeiro. Considerando, também, o atraso por mais de 423(quatrocentos e vinte e três) dias, sendo que existe limite para aplicação de multa sobre os dias de atraso (30%), entretanto, a comunidade do local da obra manteve-se e mantém cerceada e apreensiva.


C.4.Rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 155/2017 por descumprimentos dos Incisos I, II, V, VI e XII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

C.5.Desmobilização parcial do objeto contratual, pois, as “torres autoportantes” apresenta GRAU DE RISCO CRÍTICO eminente de reincidência de sinistro (queda), baseado em Laudo Técnico (fls.510 a 552), bem como do Ofício nº 095/5ªCIBM/2019 (fls.568 a 571), o qual denota risco potencial de acidente, por conseguinte, inviabiliza as atividades esportivas e sociais no espaço público (campo).

Nova Mutum, 30 de maio de 2019.

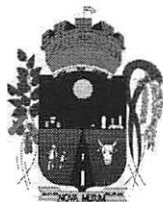
  
Aline Duarte Dutra Takagui  
Presidente

  
Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

  
Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro

0599






# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

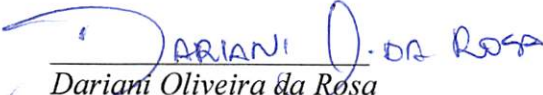
Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## TERMO DE ENCERRAMENTO DO PROCESSO E ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE INSTAURADORA

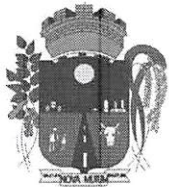
Aos 30 dias, de maio de 2019, encerro o presente Processo Administrativo nº 006/2018, cujas folhas foram devidamente numeradas e rubricadas, e vão de nº 01 até nº 600, que corresponde a este termo.

  
Aline Duarte Dutra Takagui  
Presidente

  
Dariani Oliveira da Rosa  
Membro

  
Adailton R. de Oliveira Aires  
Membro





Prefeitura Municipal de Nova Mutum  
Estado de Mato Grosso  
CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

**PARECER JURÍDICO Nº 107/2019**

**INTERESSADO:** Comissão do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018;

**ASSUNTO:** Refere-se análise jurídica opinativa sobre o Relatório Final apresentado pela Comissão, instaurado pela Portaria nº 082, de 13 de junho de 2018, reconduzido pela Portaria nº 059, de 06 de maio de 2019.

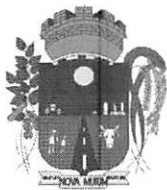
**EMENTA:** Dever de Apurar da Administração Pública, conforme disciplina o Art. 11 da Lei Federal nº 9.784/99 – Tempestividade do Processo Administrativo, previsto no Art. 66 da Lei Federal nº 9.784/99 – Poder de Autotutela, com fundamento no Art. 53 da Lei Federal nº 9.784/99 – Validade Processual, determinado no Art. 55 a Lei Federal nº 9.784/99 – Atos lesivos de nulidade, previsto no Art. 2º da Lei Federal n. 4.717/65 – Prescritibilidade de ação administrativo sancionadora, de acordo com Jurisprudência do STJ;

**I – RELATÓRIO:**

Trata-se de análise jurídica opinativa de cunho processualístico, sem imersão na análise de mérito, do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, em que “*apura irregularidades referente ao vínculo mediante Contrato Administrativo nº 155/2017, oriundo do processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 019/2017*”.

A Empresa Contratada identifica-se por Razão Social **WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06, situada na Travessa Professor Joaquim Marques, nº 063, Bairro Lixeira, CEP: 78.008-535, cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, administrada pelo Sr. Valdemar de Oliveira Pereira, inscrito no CPF sob o nº 081.035.691-00 e portador do RG sob o nº 0.026.590-0 SSP/MT, residente e domiciliado na Rua G, Quadra 06, Bloco 08, Apart. 302, Residencial Paiguás, cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

De acordo com os documentos constante nos autos, os fatos chegaram ao conhecimento da Autoridade Instauradora através do Comunicado Interno nº 055, de 13 de junho de 2018, da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos, solicitando abertura do Processo Administrativo para apurar o atraso e imperfeição da obra executada pela empresa.



Prefeitura Municipal de Nova Mutum  
Estado de Mato Grosso  
CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

O processo teve a instauração patrocinada por Portaria nº 082 da Autoridade Competente designando a Comissão de Processo Administrativo Sancionador, em 13 de junho de 2018, para instalação dos trabalhos e levantamento de informações acerca dos fatos circundante a documentação e, salientando, a necessidade da participação da empresa nos atos instrutórios do processo administrativo, bem como apresentação do relatório final por parte da Comissão.

É o que basta para o relatório.

Passamos à análise pretendida.

## II – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

O exposto processo foi instaurado mediante a Portaria nº 082 (fl. 06), de 13 de junho de 2018, do Excelentíssimo Senhor Adriano Xavier Pivetta, Prefeito, veiculada no Diário Oficial do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Edição nº 1.379, página 168, divulgada no dia 14 de junho de 2018 e publicada no dia 15 de junho de 2018. Desta feita, foram designados os servidores: Sr. Jonathan Aguetoni Sartori com matrícula funcional nº 8684.1 (Presidente da Comissão), Sr. Dariani Oliveira da Rosa com matrícula funcional nº 9007.1 (Membro da Comissão) e a Sr. Adailton Rogerio de Oliveira Aires com matrícula funcional nº 8900.1 (Membro da Comissão).

A Comissão Processante iniciou seus trabalhos no dia 25 do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, conforme se infere na Ata de Instalação da Comissão de Processo Administrativo para apurar os fatos constantes no Processo nº 006/2018, colacionado na fl. 08.

Isto posto, consta as seguintes deliberações da Comissão:

- Informa a Autoridade Competente sobre o início dos Trabalhos (fl. 09);
- Requisitar ao Departamento de Licitação a cópia dos documentos do processo licitatório – Tomada de Preços nº 019/2017, Contrato Administrativo nº 155/2017 e demais documentos pertinentes ao processo (fls. 010, 013 a 212);
- Comunicar a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos sobre a instauração do processo administrativo e solicitar documentos sobre o



## Prefeitura Municipal de Nova Mutum Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

processo de pagamento e medições (fls. 011, 213 a 235);

➤ Requisitar ao Fiscal de Contrato documentos referentes ao acompanhamento e fiscalização da obra (fls. 012, 236 a 259).

No dia 03 de julho de 2018, a Comissão reuniu para indicar a necessidade de mais prazo para análise dos documentos apresentados pelo Departamento de Licitação, Secretaria Municipal de Finanças e Orçamentos e Fiscal de Obras, em razão da complexidade dos documentos (fl. 260).

A Comissão realizou a juntada de documentos (fls. 261 a 267) no dia 12 de julho de 2018 que foi apresentado pelo Fiscal da Obra, Sr. Felipe Mistrello Volpato, o qual demonstra a atuação e poder de vigilância, em que pese foi notificada a empresa sobre circunstância da queda de 01 (uma) das torres executadas por esta. Enfim, foi determinado, também, que no prazo de 72 (setenta e duas) horas o reparo da obra.

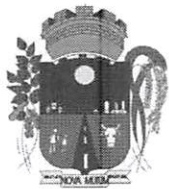
Na igual data, foi realizada reunião entre os responsáveis do Departamento de Engenharia do Município e os representantes da empresa contratada, diante disto, a Comissão apensou a Ata de reunião ao processo (fls. 268 e 269). Em seguida, outra juntada de documento (fls. 270 a 282), constata-se um contrato de prestação de serviços entre a empresa contratada pelo Município, WN CONTRUÇÕES LTDA – ME, e outra empresa subcontratada por esta com a seguinte razão social EM FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA – EPP.

Em outra reunião da Comissão (fls. 283 e 284), realizada no dia 13 de julho de 2018, depreenderam a necessidade de solicitar a prorrogação do prazo do processo, em vista da complexidade do caso analisado. Diante disto, a Autoridade Competente emitiu a Portaria nº 102 (fls. 285 e 286), de 13 de julho de 2018, o qual concedeu o prazo de 30 (trinta) dias para continuidade da apuração do processo.

Nova reunião da Comissão (fls. 291 e 288) em 10 de setembro de 2018, os membros determinaram a elaboração da Notificação (fls. 292 a 297) em face da empresa contratada, bem como, requisitar nova dilação de prazo do processo. Posto isto, a Autoridade deferiu o pedido mediante a Portaria nº 137 (fls. 298 a 300), de 13 de setembro de 2018, e efetivou o ato de notificar, oportunizando o conhecimento do andamento do processo e contraditório e ampla defesa.

603





Prefeitura Municipal de Nova Mutum  
Estado de Mato Grosso  
CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

Na reunião (fl. 302) do dia 26 de setembro de 2018 a Comissão indicou que a empresa contratada não lhe fez elencamento de provas e testemunhas que deseja ser ouvida ou acostada ao processo para contribuir na avaliação da responsabilidade, tão pouco, questionou qualquer situação da obra. Em continuidade, a Comissão determinou a necessidade de contratar profissionais da área para elaborar laudos técnicos (fls. 303 a 307, 311 a 316) e, também, estabeleceu nova prorrogação de prazo.

Em relação ao pedido de recondução do processo, a Autoridade Competente concedeu novo prazo por intermédio da Portaria nº 161 (fls. 308 a 310), de 11 de outubro de 2018.

A Comissão realizou juntou os Laudos Técnico ao processo, nas seguintes datas:

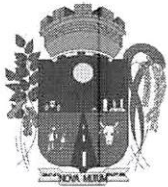
- No dia 28 de fevereiro de 2019 foi acostado o Laudo Técnico da empresa Gomes de Souza e Martins e Lima Ltda – Epp (fls. 380 a 428);
- E no dia 22 de março de 2019 foi acostado o Laudo Técnico da empresa Diego Medeiros Weber (fls. 430 a 506);
- No dia 29 de março de 2019 foi apensado o Laudo Técnico da empresa Romfim Engenharia e Arquitetura (fls. 508 a 552);

No andamento do processo surgiu a necessidade de trocar um dos membros da Comissão, por motivo de saúde do parente ascendente. Em vista disso, foi solicitado (fls. 556 e 557) pela Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos a substituição do Sr. Jonathan Aguetoni Sartori pela Sra. Aline Duarte Dutra Takagui. Neste sentido, consta a Portaria nº 059 (fls. 558 e 559), de 06 de maio de 2019, o qual reconduz o processo e altera um dos membros.

No dia 14 de maio de 2019 foi juntado Ofício nº 095/5ª CIBM/2019 (fls. 567 a 571), o qual consta a informações de que a obra apresenta potencial risco de acidente aos moradores vizinhos a estrutura.

A Comissão reuniu-se no dia 22 de maio de dois mil e dezenove e deliberaram que de acordo com os ditames dos Princípios do Devido Processo Legal e do Contraditório e Ampla Defesa, sucedeu em notificar o representante da empresa, Sr. Valdemar de Oliveira Pereira (fls. 572 a 578), dando-lhe plena ciência dos documentos que embasaram a instauração do presente Processo e

6042



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

## Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

indicação das possíveis sanções cabíveis a empresa, além de ter-lhe informado a possibilidade de apresentar a Defesa Prévia e o seu prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Por fim, no dia 28 de maio de 2019, foi realizada a juntada da Defesa da empresa apresentada pela Sr. Valdemar, administrador da empresa (fls. 579 a 586). Vale ressaltar, que a Defesa foi entregue tempestivamente, deste modo, a Comissão considerou e avaliou no Relatório Final.

Encerrada a fase da instrução e, na elaboração do Relatório Final no dia 30 de maio de 2019, a Comissão Processante decidiu e opinou por proceder pela aplicação das sanções de multas por atraso e compensatória e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em consonância com que prevê o Art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pelas razões de fato e de direito, conforme registrado no Relatório Final (fls. 587 a 598), cuja conclusão segue abaixo transcrito:

### 4 - CONCLUSÕES

*Definida a situação da Empresa, concluímos:*

*A – Que a Empresa Indiciada descumpriu os itens 2.2, 2.2.1, 2.2.3, 6.2, 7.1.1, 7.1.2, 7.1.3, 7.1.8, 7.1.9, 7.1.11 e 7.1.13, respectivamente, das Cláusulas Segunda, Sexta e Sétima do Contrato Administrativo nº 155/2017, conforme verificado por esta Comissão, bem como pelo Fiscal de Contrato, que a mesma não executou os serviços de acordo com as condições preestabelecidas no Cronograma Físico Financeiro, Edital e Contrato Administrativo e não respeitou o prazo para execução dos trabalhos preordenados.*

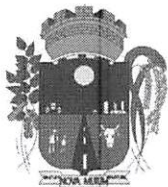
*B - Que a Empresa Ré descumpriu os itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.9 e 23.1, respectivamente, das Cláusulas Décima Quarta e Vigésima Terceira do Edital da Tomada de Preços nº 019/2017, conforme verificado por esta Comissão, bem como pelo Fiscal de Contrato, que a mesma não executou o Contrato em estrita observância as suas cláusulas, ao Edital e sua proposta, desta feita exibindo deficiências e descumprimento na execução dos serviços e no incumprimento das legislações. Além do que, acarretando ameaças ao cidadão Mutuense pelo fato de haver ALTO RISCO de ocorrência de sinistro. Destarte, ao objetivo que prega no objeto do contrato, já que, a execução dos serviços visa atender as normas de segurança, normas construtivas e garantia de vida útil, logo, configura-se desvio do resultado conjecturado ao Contrato Administrativo nº 155/2017.*

*Deste modo, esta Comissão **SUGERE** a aplicação das seguintes penalidades e algumas condutas de prevenção:*

***C.1.** Na Cláusula Décima, no item 10.2 alínea “b”, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a “**MULTA POR ATRASO**”. Destarte, a situação implica-se ao fato de a Empresa Ré ter ultrapassado o prazo de execução em **423 (quatrocentos e vinte e três) dias**. Desta maneira, concebendo-se os dias de atraso, limitado a 30% (trinta por cento) do contrato, configura-se multa de **R\$ 117.272,98 (cento e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos)**.*

6052





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

## Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

*C.2. Na Cláusula Sétima, nos itens 7.1.2, 7.1.3, 7.1.8 e 7.1.13, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a responsabilidade por custos de reparos e despesas indiretas. Logo, levando em consideração os prejuízos causados a Administração Pública, visa-se o **REEMBOLSO** no valor de **R\$ 14.405,49 (quatorze mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e nove centavos)** referente ao custo da contratação para elaboração de Laudo Técnico. E, também, aplica-se a **MULTA COMPENSATÓRIA** no valor de **R\$ 285.887,36 (duzentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos)** em virtude do custo para reparo da obra mal-acabada.*

*C.3. Na Cláusula Décima, no item 10.2 alínea “d”, do Contrato Administrativo nº 155/2017, estabelece a “**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** – para licitar ou contratar com a Administração Pública”. Por conseguinte, a sanção é suscitada em face da característica da irregularidade em que acarretou alto risco de acidente aos cidadãos Mutuense, tendo em conta o apontamento do Corpo do Bombeiro. Considerando, também, o atraso por mais de 423 (quatrocentos e vinte e três) dias, sendo que existe limite para aplicação de multa sobre os dias de atraso (30%), entretanto, a comunidade do local da obra manteve-se e mantém cerceada e apreensiva.*

*C.4. Rescisão unilateral do Contrato Administrativo nº 155/2017 por descumprimentos dos Incisos I, II, V, VI e XII do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.*

*C.5. Desmobilização parcial do objeto contratual, pois, as “torres autoportantes” apresenta GRAU DE RISCO CRÍTICO eminente de reincidência de sinistro (queda), baseado em Laudo Técnico (páginas 510 a 552), bem como do Ofício nº 095/5ªCIBM/2019 (páginas 568 a 571), o qual denota risco potencial de acidente, por conseguinte, inviabiliza as atividades esportivas e sociais no espaço público (campo).*

Desta feita, no dia 30 de maio de 2019, foi entregue de acordo com o Termo de Encerramento do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018 (fls. 001 a 600 dos autos). Porquanto, considera-se perante esta Procuradoria, dentro do prazo para emissão do Parecer Jurídico, conforme determina o Art. 49 da Lei Federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

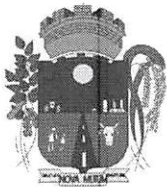
É o que há de mais relevante para relatar.

### III – ANÁLISE JURÍDICA SOBRE O PROCESSO

Como é cediço, a Administração Pública tem a competência irrenunciável em proceder elucidações sobre possíveis irregularidades praticadas em face dos Contratos Administrativos ou Instrumentos Vinculativos. Para impedir eventuais favorecimentos, capazes de trazer prejuízos à sociedade, deste modo, a Administração Pública desfruta de inúmeras prerrogativas constitucionais e legais (a exemplo dos poderes administrativos) sem as quais seria árduo assegurar os objetivos institucionais, consubstanciado, primordialmente, na garantia do bem-estar social.

Dotada desses privilégios, de caráter irrenunciável e limitado em lei, a  
Avenida Mutum, 1.250 N – Jardim das Orquídeas – CEP: 78.450-000 - Nova Mutum – Mato Grosso  
www.novamutum.mt.gov.br – Telefax: \*\* 65 3308 5400





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

Administração Pública tem o poder-dever de exercê-los de forma efetiva, eficiente e em benefício da coletividade.

Logo, a Empresa Contratada/Notificada que desempenhar incorreta e insatisfatoriamente as suas obrigações previstas em Contratos Administrativos/Processos Licitatórios, tendo em conta a prática ou concorrência na irregularidade, ficará sujeito às sanções do Instituto de Licitação (Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993). Neste caso, surge ante Administração Pública o que usualmente se denomina de “Dever de Apurar”. Esta obrigação é justamente aquele dever insculpido no Art. 11 da Lei Federal nº 9.784/99, o qual obriga a Autoridade Pública a promover a apuração imediata dos atos e fatos supostamente irregulares que chegarem ao seu conhecimento, senão vejamos:

***Art. 11.** A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.*

Diante dos trabalhos desenvolvidos e apresentados pela Comissão Processante, cumpre analisar se foram atendidos os Princípios Aplicáveis ao procedimento administrativo, desta feita, faz-se analisar o atendimentos dos seguintes: Princípio do Devido Processo Legal, Princípios da Ampla Defesa e Contraditório, Princípio do Informalismo Moderado, Princípio da Verdade Real, Princípio da Motivação e, conseguinte, deverá ser respeitado, também, o Princípio da Presunção de Inocência ou de Não Culpabilidade.

No estrito cumprimento das atribuições fixadas pela portaria especificada, constata-se que os atos produzidos pela Comissão foram realizados tempestivamente, com amparo nas designações realizadas pelo Excelentíssimo Senhor Adriano Xavier Pivetta, Prefeito, e Sr. João Batista Pereira da Silva, Gerente de Gabinete, conforme o prazo legal previsto no Art. 66 da Lei Federal nº 9.784/99.

Isto posto, faz-se necessário verificar a **regularidade formal e material** dos autos, com vista ao julgamento pelo Senhor Gerente de Gabinete de Nova Mutum.

Na **regularidade formal** visa observar situações de incidente de inobservância aos ditames da lei, bem como aos princípios norteadores do processo administrativo, pode acarretar a invalidade do processo administrativo e sua consequente inaptidão para a produção de efeitos jurídicos.



# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

## Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

Deste modo, convém analisarmos a nulidade, abrangendo suas possíveis causas, espécies e medidas a serem adotadas pelos sujeitos competentes.

Nesse sentido, a depender da gravidade do vício detectado, a ilegalidade justifica a declaração de nulidade pela Comissão ou pela Autoridade Instauradora ou por outra Autoridade de Hierarquia Superior, seja no curso do processo administrativo, ou ainda, em momento posterior, por Autoridade Competente para este fim. Vale lembrar, nesta oportunidade, que a iniciativa para o controle de legalidade não se limita à provocação do interessado, cabendo à Administração o poder de revisar seus próprios atos quando eivados de defeitos (poder de autotutela).

*Lei Federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999:*

**Art. 53.** *A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

*Súmula STF nº 473 – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos a apreciação judicial.*

*Formulação Dasp nº 222. Ato administrativo. A nulidade dos atos administrativos pode, a qualquer tempo, ser declarada pela própria administração.*

Uma vez atribuído o citado poder-dever de revisão, quanto antes seja verificada a presença de vícios no procedimento, menor será o prejuízo ao acusado e, por conseguinte, à validade processual. No entanto, a esse respeito, a legislação exhibe as hipóteses de convalidação do processo administrativo em casos de vícios sanáveis, regulando a matéria em dispositivo:

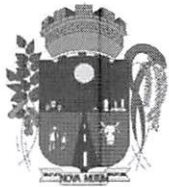
*Lei Federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999:*

**Art. 55.** *Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.*

Neste ínterim, a apreciação inicial da legalidade do ato disciplinar deve recair sobre seus elementos, quais sejam: sujeito (competência), objeto, forma, motivo e finalidade. Doutrinariamente definidos como requisitos essenciais, o citado rol de elementos decorre da interpretação do Art. 2º da Lei Federal n. 4.717/65, de 29 de junho de 1965, (Lei da Ação Popular), abaixo transcrito:

*Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos*





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

*casos de:*

- a) incompetência;*
- b) vício de forma;*
- c) ilegalidade do objeto;*
- d) inexistência dos motivos;*
- e) desvio de finalidade.*

Considerando que o defeito em apenas um dos elementos constitutivos já é suficiente para vulnerar substancialmente a validade do ato, merece atenção a extensão do prejuízo causado pela sua ocorrência. A partir desta análise, será possível definir se estamos diante de vício insanável (nulidade absoluta) ou sanável (nulidade relativa), bem como as medidas a serem adotadas para o restabelecimento da legalidade processual (anulação ou convalidação).

Conquanto, em análise do processo sob **aspecto formal**, diagnostica não existir vícios ou nulidades que possam acarretar nulidade do processo administrativo. Já no **aspecto material** será avaliada se houve ocorrência de **prescrição** sobre a conduta analisada.

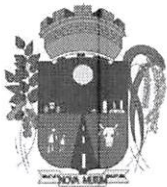
No **aspecto material da prescrição**, constata-se que é um instituto jurídico que tem por finalidade delimitar um prazo durante o qual a Administração Pública pode punir terceiros, caso seja constatado que ele praticou irregularidade administrativa.

Esse instituto não é exclusivo do Direito Administrativo. Também é previsto em outros ramos jurídicos, tais como no Direito Penal e no Direito Civil. Em todos esses segmentos, o objetivo do instituto é o mesmo: estabelecer um período para que determinada atitude (providência) seja praticada. No nosso caso, essa atitude é o exercício da pretensão punitiva da Administração em face da Empresa Contratada que tenha cometido irregularidade contratual, ou seja, a aplicação de uma penalidade sancionadora.

Destarte, evidencia-se que nosso ordenamento jurídico entende que ninguém pode ficar à mercê de eventual aplicação de penalidade por prazo indeterminado. Ou seja, a empresa que supostamente tenha praticado o ato irregular não pode ficar aguardando indefinidamente que a Administração resolva apurar o fato e responsabilizá-lo pela infração, caso comprovada. Isso geraria certa insegurança jurídica àqueles que pactua-se vínculos com a Administração Pública.

E quais são esses prazos de prescrição na seara de sanções administrativas?





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

Estão todos eles previstos na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993? Vejamos o entendimento Jurisprudencial exposto pelo Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

*“ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRESCRIÇÃO. PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL. DATA DO ATO OU FATO LESIVO. PRINCÍPIO DA ACTIO NATI. CIVIL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. MULTA (ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC). AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL DA DEMANDADA IMPROVIDO. RECURSO ESPECIAL DAS DEMANDANTES PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, PROVIDO. (REsp 769942/RJ, DJe de 15/12/2009).”*

Como vimos acima, a prescrição é de 05 (cinco) anos. Ocorre que a Autoridade Competente somente poderá agir quando tiver conhecimento da suposta irregularidade. Desta forma, o prazo prescricional tem seu início apenas quando a Administração Pública, em sua esfera fiscalizadora, tomar ciência do fato. Com efeito, não é a partir do cometimento da irregularidade que se inicia a contagem do prazo – como no Direito Penal – mas sim do momento em que a Administração tomou ciência do fato.

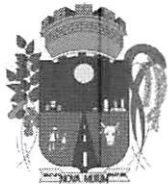
Considerando que, este processo administrativo foi motivado mediante solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos (fl. 02 dos autos), datado no dia 13 de junho de 2018. Logo, tendo sido instituído a Comissão de Processo Administrativo no dia 13 de junho de 2018, mediante a Portaria nº 082, nota-se que o procedimento adotado está dentro do prazo para motivação da ação administrativa sancionadora.

Portanto, sob o **aspecto formal e material**, conclui-se que o presente processo desenvolveu-se de forma regular, cumprindo-se os ditames legais e constitucionais relativo ao trâmite do procedimento, em especial os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, inexistindo vícios que possam macular seu regular processamento.

Deste modo, é a fundamentação fático-jurídica que serve de substrato às condições adiante expostas.

## IV – CONCLUSÃO:

À vista de todo o exposto, esta Procuradoria **ENTENDE, CONCLUI** e



Prefeitura Municipal de Nova Mutum  
Estado de Mato Grosso  
CNPJ sob o nº 24.772.162/0001-06

OPINA:

a) Por todo o exposto, considerando o Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018, em virtude do DEVER da Administração Pública em apurar os fatos, desta feita, subtraindo-se de questões de ordem técnica, contábil/financeira, preços e discricionariedade administrativa, esta Procuradoria vem manifestar regularidade do Relatório Final apresentado pela Comissão Processante, qual seja as sugestões **indicadas pela Comissão**.

É o parecer opinativo.

S.M.J.

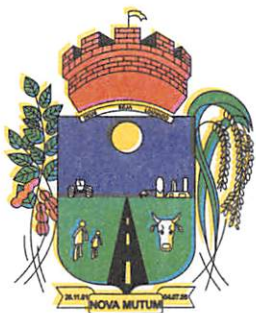
À autoridade superior.

Nova Mutum – MT, 30 de maio de 2019.



*Cristiano da Silva Lino*  
Assessor Jurídico do Município  
OAB/MT 24.001 – O





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

## JULGAMENTO

**ASSUNTO:** PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR Nº 006/2018.

**Parte interessadas:** Empresas **WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 19.699.306/0001-06.

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para “apurar e avaliar a responsabilidade da empresa **WN CONSTRUÇÕES LTDA - ME** pela irregularidade na execução e no atraso da entrega da obra de iluminação no Campo Municipal de Futebol localizado Bairro Colina II, vinculado ao Contrato Administrativo nº 155/2017, cujo resultado dos trabalhos demonstraram que é responsável a empresa contratada, em consonância com as evidências acostadas nos autos do processo. Desta feita, decido:

1. **ACATO** o Relatório Final da Comissão do Processo Administrativo Sancionador nº 006/2018;

2. **APROVO** o Parecer Jurídico de nº 107/2019, que opina pela regularidade dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formais e materiais.

3. **DECIDO** por **APROVAR** que a empresa nos termos do Relatório Final, sofrerá as seguintes sanções:

3.1 **MULTA POR ATRASO:** Em virtude do atraso de 423 (quatrocentos e vinte e três) dias na entrega da obra perfeita e acabada, configura-se multa de **R\$ 117.272,98 (cento e dezessete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e oito centavos);**

3.2 **MULTA COMPENSATÓRIA:** Reembolsar o Município no valor de **R\$ 300.292,85 (trezentos mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e cinco centavos)** referente aos custos da contratação para elaboração de Laudo Técnico e reparo da obra mal-acabada;

3.3 **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** – para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4. **ACATO** a sugestão da Comissão do Processo Administrativo, portanto, designo a desmobilização parcial do objeto do Contrato Administrativo nº 155/2017, em virtude do risco de acidente;

Por fim, **DETERMINO:**

➤ A publicação desse julgamento;

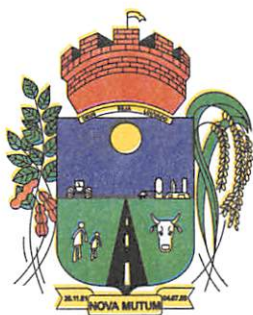
➤ O envio deste julgamento, juntamente, com Relatório Final para a Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos para conhecimento. E que, esta Secretaria formalize a Notificação imediata da decisão à empresa, iniciando o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recurso cabível a autoridade competente (Art. 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993);

➤ A Secretaria providencie a desmobilização da obra.

➤ Em ato seguinte a Notificação, deverá a Secretaria enviar o protocolo de recebimento do Representante da Empresa para Procuradoria-Geral;

1  
6122





# Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Estado de Mato Grosso

CNPJ 24.772.162/0001-06

➤ A permanência dos autos junto a Procuradoria-Geral até o decurso do prazo recursal. E após o trânsito em julgado administrativo, encaminhe-se os autos do processo administrativo para Secretaria Municipal de Administrativo (Departamento de Licitação) para arquivamento.

Publique-se, cientifique-se,

Após, archive-se.

Nova Mutum-MT, em 31 de maio de 2019.

